



ATA DA SESSÃO EXTRAORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE
ALBUFEIRA REALIZADA NO DIA 10 DE JULHO DE 2023

Ata n.º 22

Aos dez dias do mês de julho do ano de dois mil e vinte e três, reuniu a Assembleia Municipal de Albufeira, pelas 21:00 horas, no Salão Nobre dos Paços do Concelho, por convocatória de trinta de junho, sendo a Mesa Composta por: -----

Presidente da Assembleia Municipal: Francisco José Pereira de Oliveira; -----

Primeira Secretária: Cláudia Sofia Pais Raimundo; -----

Segundo Secretário: José Manuel Guerreiro Vila-Nova; -----

e com a seguinte ordem de trabalhos: -----

PONTO UM: Tomada de conhecimento da relação dos compromissos plurianuais assumidos - Delegação de competência no Presidente da Câmara; -----

PONTO DOIS: Tomada de conhecimento dos Apoios concedidos às Juntas de Freguesia; -----

PONTO TRÊS: Apreciação e deliberação, sob proposta da Câmara Municipal, nos termos da alínea k) do n.º 2 do art.25º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, da Proposta de atribuição do Estatuto de Utilidade Pública à Pata Ativa - Associação de Defesa dos Animais e da Natureza de Albufeira; -----

PONTO QUATRO: Apreciação e deliberação, sob proposta da Câmara Municipal, da Proposta de redução do valor das taxas de regime Livre de Natação; -----

PONTO CINCO: Apreciação e deliberação, sob proposta da Câmara Municipal, da autorização prévia prevista na alínea c) do n.º 1 do artigo 6.º da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro, conjugado com os n.ºs 1 e 6 do artigo 22.º do Decreto-lei n.º 197/99, de 8 de junho na redação em vigor, referente à **repartição de encargos** do Concurso Público com publicação no JOUE para Fornecimento de Energia em Baixa Tensão Normal (BTN), pelo valor base de 4.528.000,00€ + IVA; -----

PONTO SEIS: Apreciação e deliberação, sob proposta da Câmara Municipal, da autorização prévia prevista na alínea c) do n.º 1 do artigo 6.º da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro, referente à **repartição de encargos** do Concurso Público para a prestação de serviços de "manutenção da instrumentação, automação e supervisão do sistema de telegestão de abastecimento de água e águas residuais do município de Albufeira, até ao limite de 240.000,00€ + IVA; -----

PONTO SETE: Apreciação e deliberação, sob proposta da Câmara Municipal, da autorização prévia prevista na alínea c) do n.º 1 do artigo 6.º da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro, conjugado com os n.ºs 1 e 6 do artigo 22.º do Decreto-lei n.º 197/99, de 8 de junho na redação em vigor, referente à **repartição de encargos** da Empreitada de Substituição do Sistema AVAC do edifício Paços do Concelho de Albufeira incluindo SADI e iluminação; -----



PONTO OITO: Apreciação e deliberação, sob proposta da Câmara Municipal, da autorização prévia prevista na alínea c) do n.º 1 do artigo 6.º da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro, conjugado com os n.ºs 1 e 6 do artigo 22.º do Decreto-lei n.º 197/99, de 8 de junho na redação em vigor, referente à **repartição de encargos** da Empreitada de Reabilitação do espaço da Antiga Igreja Matriz de Albufeira; -----

PONTO NOVE: Apreciação e deliberação, sob proposta da Câmara Municipal, da autorização prévia prevista na alínea c) do n.º 1 do artigo 6.º da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro, conjugado com os n.ºs 1 e 6 do artigo 22.º do Decreto-lei n.º 197/99, de 8 de junho na redação em vigor, referente à **repartição de encargos** da Empreitada de Ampliação e Beneficiação do Jardim de Infância dos Caliços; -----

PONTO DEZ: Apreciação e deliberação, sob proposta da Câmara Municipal, da autorização prévia prevista na alínea c) do n.º 1 do artigo 6.º da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro, conjugado com os n.ºs 1 e 6 do artigo 22.º do Decreto-lei n.º 197/99, de 8 de junho na redação em vigor, referente à **repartição de encargos** da Empreitada de execução de Ampliação do Jardim de Infância de Vale Rabelho; -----

PONTO ONZE: Apreciação e deliberação, sob proposta da Câmara Municipal, da autorização prévia prevista na alínea c) do n.º 1 do artigo 6.º da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro, conjugado com os n.ºs 1 e 6 do artigo 22.º do Decreto-lei n.º 197/99, de 8 de junho na redação em vigor, referente à **repartição de encargos** da Empreitada de "Criação de Balneário, IS e Copa de apoio ao campo sintético do complexo desportivo das Ferreiras" -----

PONTO DOZE: Apreciação e deliberação, sob proposta da Câmara Municipal, da autorização prévia prevista na alínea c) do n.º 1 do artigo 6.º da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro, conjugado com os n.ºs 1 e 6 do artigo 22.º do Decreto-lei n.º 197/99, de 8 de junho na redação em vigor, referente à **repartição de encargos** da empreitada reparação de roturas em condutas e ramais da rede de abastecimento de água do concelho de Albufeira - 2023/2024";-----

PONTO TREZE: Apreciação e deliberação, sob proposta da Câmara Municipal, do Reconhecimento de Interesse Público Municipal do "Lar, Apoio Domiciliário e centro de Dia de Fontainhas"; -----

PRESENCAS: Adriano Duarte de Horta e Nogueira Ferrão, Francisco José Pereira de Oliveira, Raúl Manuel Soares Ferreira, Carlos Sérgio Freire Quintino, Inês Pinto da Mota de Barbosa Mendonça, Mónica Filipa Dâmaso Félix Coimbra, Helena Maria Palhota Dias Simões, Domingos Manuel Martins Coelho, Dário Manuel dos Santos Ramos Pereira, Luna Silva, Leonardo Manuel Teixeira do Paço, Luis Matias Afonso, Sílvia Manuela Martins Cabrita da Silva Dias, Carla Alexandra dos Santos Vieira, Cláudia Sofia Pais Raimundo, Paolo Augusto Funassi, José Manuel Guerreiro Vila-Nova, Carlos Manuel Brito Mendes, Carla Alexandra Sousa Bentes Madeira, bem como os



Presidentes da Junta de Freguesia de Albufeira e Olhos de Água - Indaleta Cabrita, de Ferreiras - Jorge do Carmo, da freguesia da Guia - Dinis Nascimento e de Paderne - João Ruaça. -----

Faltas: Carlos Vieira, Margarida Guilherme, André Lima. -----

Substituições: Face aos pedidos de substituição apresentados pelos membros, foi verificada a legitimidade e identidade dos elementos imediatamente a seguir na ordem da respetiva lista Paolo Funassi. -----

Registou-se ainda, a presença do Presidente da Câmara Municipal, José Carlos Martins Rolo e dos Vereadores, Ricardo Jorge Coelho Clemente da Silva, Cristiano José da Ponte Cabrita, Desidério Jorge da Silva, Cláudia Cristina Dias Guedelha e António Abel Zua Coelho. -----

Havendo quórum (**vinte e três presenças**), o Presidente da Assembleia deu início à sessão informando que a sessão irá ser gravada e transmitida em direto para o canal YouTube.-----

PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO:-----

Paulo Lopes: "Boa noite a todos, vivo na Rua do Atlântico, edifício São Valentim. Vim cá por uma situação que estamos a deparar, em dois mil e dezasseis já aconteceu e tivemos que recorrer à Câmara Municipal, houve muita insistência e aquilo conseguiu ser resolvido e portanto, este ano com a obra que houve no shopping em geral, no ginásio, a conduta de ventilação voltou a ser a mesma coisa, barulho tremendo que não dá, é insuportável. Eu já recorri à Câmara Municipal, tantas vezes, até hoje resposta zero. Disseram que a Polícia Municipal ía tomar conta da ocorrência, zero, ninguém me contactou, ninguém me disse nada, aquilo é lamentável, aquilo é muito lamentável. Eu espero que, já que eu estou cá, expondo essa situação, os senhores que por favor, tomem uma providência, porque se isso não resolver, eu não vou parar aqui." -----

Ricardo Serrão: "Excelentíssimo senhor Presidente da Assembleia Municipal de Albufeira, Excelentíssimo Presidente da Câmara Municipal de Albufeira, deputadas e deputados da Assembleia Municipal de Albufeira, estimado público e órgãos de comunicação social, o meu nome é Ricardo Serrão, o objetivo da minha presença nesta sessão é de contextualizar a maior parte do alojamento local na nossa região. Uma realidade que provavelmente conhecem bem e que está em sério risco de ser exterminada pelas políticas vertidas no pacote mais habitação. O alojamento local regulamentado e publicitado em plataformas internacionais, revitalizou imóveis junto às praias que se encontravam devolutos, degradados ou fechados durante nove a onze



meses por ano, e passaram a ter utilidade, geram receita fiscal, combatem a sazonalidade, que é um grave problema na nossa região e que tem que ser pensado de uma forma mais completa. Animam a economia local, geram emprego, nomeadamente o emprego feminino, geram rendimento aos proprietários para melhor manutenção dos imóveis e aumentam a oferta de alojamento seguro, regrado e com qualidade. Estes imóveis nunca estiveram, nem estarão disponíveis para o arrendamento de longa duração, porque são casas de férias de famílias, muitos deles. O alojamento local trouxe mais e melhor turismo à região. No Município de Albufeira existem nove mil novecentos e cinco alojamentos registados, correspondente a trinta e quatro mil e setenta e nove camas, portanto, refiro-me apenas ao município de Albufeira, face a dezassete mil cento e sessenta e quatro disponibilizados por unidades hoteleiras. A nova SBE, da Universidade Nova apresentou, no passado dia vinte e sete de junho, um relatório preliminar sobre o impacto do alojamento local em Portugal. De acordo com o estudo, o AL foi responsável de forma direta e indireta pela criação de mais de cento e dez mil novos postos de trabalho, o que representa cerca de, três virgula oito por cento do PIB e o consumo dos seus hóspedes deixou mais de oito mil milhões de euros na nossa economia. Vou repetir, oito mil milhões de euros na nossa economia, sendo que o alojamento local é responsável por mais de quarenta por cento das estadias de turistas em Portugal. Fora das grandes zonas urbanas, o AL é ainda a principal forma de oferta de alojamento turístico. O AL não é, nem tem de ser, inimigo do direito à habitação, não é o principal problema de habitação, e não será também solução para a resolução desse problema. Está a ser instrumentalizado como um bode expiatório, o qual não é justo. Setenta e cinco por cento dos alojamentos locais, estão fora das grandes cidades, Lisboa e do Porto, como sabemos, a nossa região, como já referi antes, uma boa parte da oferta e alojamento local que é a região, se calhar tem, aliás, se calhar não, certamente é a região que tem mais alojamento local, e é muito importante na nossa economia. O governo do nosso país faz tábua rasa e pretende com estas medidas zelar sessenta mil famílias e o país à ruína, passando por cima dos senhores presidentes das câmaras, que são quem melhor conhece a economia local e as suas populações, e que são mais capazes de definir e implementar as políticas de habitação económicas e turismo para o respetivo concelho. É pelas suas características específicas, que a supressão do AL na região, não vai de todo ajudar a resolver eventuais carências habitacionais, expresso a preocupação de famílias e de pequenos



empreendedores que trabalham no alojamento local e atividades conexas, tais como restaurantes, empresas de limpeza, escolas de surf, canalizadores, transportes, etc. Face às propostas de alteração do regime jurídico de estabelecimentos do alojamento local. A saber, introduz medidas com uma taxa medina, contribuição extraordinária para o alojamento local que, suscita preocupações e que não é clara para muitos proprietários como é que vai ser definida, porque há várias regras e, enfim, restrições à transmissibilidade registos, mesmo em caso de divórcio, doença e disputa de sócios, em que estes caducam automaticamente, oposição por parte dos condomínios, passando estes a ter poder de proibir o exercício de atividade de AL, sem qualquer tipo de justificação e retirando às câmaras municipais o poder de mediar e decidir sobre estas disputas." -----

Ricardo Neves: "Boa noite a todos, em virtude do meu nome ter sido falado aqui na última Assembleia Municipal, a qual não estive presente, por parte do deputado Raúl Ferreira, eu venho solicitar ao Senhor Presidente da Assembleia Municipal, que pegue na última ata e envie para a Ordem dos Advogados, para eu saber se o senhor Raul Ferreira, na qualidade de advogado, pode usar o meu nome publicamente, em defesa de algo que, ele nem sabem bem, o que veio cá defender. Tive o cuidado de ir ter com ele ao seu gabinete, na segunda-feira seguinte, o senhor Raul Ferreira recebeu-me durante trinta minutos e conversámos sobre vários temas das quais as minhas publicações, que tinham sido publicadas no "Albufeira em primeiro", mas como o senhor Raul, não teve tempo de me responder, eu hoje tomei a decisão de vir aqui pedir ao Senhor Presidente da Assembleia, que pegue na ata e que envie, tanto para a Ordem dos Advogados, para saber se deontologicamente, o Dr.º Raúl Ferreira o podia fazer. Venho também aqui deixar, e que fique registado em ata, um anúncio que eu fiz numa página de Facebook, em que, mencionei que, a divisão de habitação da Câmara de Albufeira tinha feito entregas de casas a pessoas indiretamente de famílias de pessoas ligadas o poder político, para que sejam feitas essas averiguações. Se os proprietários das casas de Paderne têm alguma ligação, ou em primeiro grau, em segundo grau, ou se são ex-maridos ou ex-mulheres, de algumas pessoas que tiveram a decisão a tomar. Em terceiro, também por causa de uma postagem que fiz, no "Albufeira em primeiro", em que mencionei que o senhor Carlos Augusto Santos, que não está aqui hoje presente, lamentavelmente, mas que eu já frisei às autoridades necessárias, e voltarei a fazê-lo, em que ele mencionou a mensagem privada, que eu vou



deixar aqui a cópia da mensagem, para que o Senhor Presidente, também mande para o Ministério Público, em que ele menciona, e que diz claramente que, pressionou o Senhor Presidente da Câmara, sentado aqui à mesa, para ser feito o documento, o protocolo, para a exploração da AHSA, daquele espaço da futura sede social, por isso, eu vou deixar estes documentos para que o Senhor Presidente possa analisar e possa mandar para os órgãos competentes. Ficaremos à espera de que, tanto a Ordem dos Advogados, como o Ministério Público, se as afirmações do Carlos Augusto Santos, sobre o Senhor Presidente da Câmara, se tem alguma base legal ou se realmente influenciou as decisões finais." -----

O munícipe entregou documentos à Mesa. (Doc. n.º 1 anexo a esta ata) -----

Presidente da Assembleia: "Quando refere para a Ordem dos Advogados, refere aqui a informação do que pretende reclamar, analisar deontologicamente?" -----

Ricardo Neves: "Do senhor Raúl, enquanto deputado, usar informação jurídica do seu trabalho, para me atacar pessoalmente, porque a lei diz que a pessoa é condenada uma vez, não é condenada cada vez que o outro quer." -----

Presidente da Assembleia: "Será junto à ata e, naturalmente, verificando-se aqui a hipótese da prática de eventual ato ilegal, naturalmente que é minha obrigação, na qualidade de Presidente desta Assembleia Municipal, fazer o meu dever, que é enviar para o Ministério Público, para análise e para verificação, pelo que, assim farei." -----

Fernando Cabrita: "Boa noite, eu vim cá falar do alojamento local, para quem não me conhece eu moro na Portela de Messines. Tenho uma vida de trabalho com a minha mulher, com os meus filhos, e tenho todo o nosso dinheiro investido no concelho de Albufeira, e devo à ajuda do atual Presidente, e também no anterior, na aprovação e na ajuda que me deram na resolução de algumas situações que aconteceram nos nossos processos. Dito isto, que tenho uma vida de trabalho, e não vou levar muito mais tempo, quero dizer que o alojamento local para nós é essencial. Eu, da Portela de Messines venho para Albufeira, para a Galé neste caso concreto, as pessoas que colaboram connosco são das Ferreiras, a lavandaria é das Ferreiras, o carpinteiro é aqui de Albufeira, o canalizador é das ferreiras, posso dar os nomes, mas penso que isso é desnecessário. Toda a gente que colabora com as nossas casas, com o nosso alojamento local são de Albufeira e temos um pequeno investidor, eu próprio, a minha família que desceu da Serra e veio investir naquilo que é vosso. E aquilo que eu não posso permitir, é agora pôr uma vida de trabalho em jogo, para estas políticas do Governo, por acaso,



sou militante do PS e ex-autarca. E aquilo que quero vos dizer é, apelar ao bom senso na pessoa do Senhor Presidente, ilustre deputado desta Nação, quero que eu, e as outras pessoas, que têm alojamento local, sejamos devidamente representados na votação, ou seja, quero saber quem é que me vai representar com aquilo que nós sabemos na votação da Assembleia da República no dia dezanove? Depois iremos ver, qual o sentido do seu voto e dos deputados do PS nesta legislatura, e estamos cá todos para assistir.” -----

Presidente da Câmara: “Cumprimento todos os deputados, os elementos do público aqui presentes e através do canal Youtube. Respondendo ao senhor Paulo Lopes, que falou na questão do ruído, que foi recorrente em dois mil e dezasseis, dezassete, lembro-me perfeitamente disso, isso foi resolvido na altura, entretanto decorreram bastantes obras no shopping e pode ter acontecido que, tenha havido qualquer alteração relativamente a isso. No entanto, eu iria sugerir que falasse com o Senhor Vice-Presidente, ele depois fala consigo, para tentar marcar uma reunião para perceber exatamente o que é que se passa, para poder agir em conformidade com o problema que está a sentir. O senhor Ricardo Serrão e o senhor Fernando Serpa, falam os dois do mesmo assunto, o alojamento local, portanto, é compreensível, estão exasperados, estão preocupadíssimos, quem não estaria numa situação dessas, mas penso que deverá haver algum bom senso, provavelmente, quando for a altura da votação, evidentemente, já se disse aqui, e é uma coisa que eu não vou tecer grandes considerações sobre alojamento local, aliás, tem falado ultimamente bastante nisso, o alojamento local não vai resolver literalmente nada daquilo que é a falta de habitação. Não estou a ver uma pessoa que tenha aqui um apartamento de férias, que venha cá passar dois meses por ano e dos outros dez meses mete em alojamento local que vá para casas de aluguer, de certeza absoluta que não o faz. Isso terá que ser regulado, porque a haver cada vez menos alojamento local, aparecem outros problemas, aparece novamente a proliferação de camas paralelas, onde os impostos não se pagam, aparece um turismo mais desqualificado, porque quer se queira quer não, o alojamento local é uma modalidade de alojamento turístico, que é minimamente coordenado pelas Câmaras Municipais, e caso seja camas paralelas ninguém vê, ninguém sabe, mas não vou tecer muitos mais comentários sobre isso, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal, melhor de qualquer um de nós fará dentro da Assembleia da República com certeza essa análise e essa ação. Sobre o senhor Ricardo Neves, se fui pressionado para assinar, não percebi



bem, acho que não fui pressionado para coisa nenhuma, portanto não me vou pronunciar sobre isso, aliás até nem é para a sede social daquela associação, é para a construção de um Lar de Terceira Idade, de um Jardim de infância e por aí fora, onde poderá estar inserido ou não a sede social da instituição." -----

Não havendo mais intervenções por parte do público, o Presidente da Assembleia deu início ao Período Antes da Ordem do Dia. -----

PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA:-----

Tomaram o uso da palavra os membros: -----

Paolo Funassi: "Queria deixar uma mensagem a todos os jovens Albufeirenses, e jovens turistas que nos visitam. Obrigado por fazerem de Albufeira uma cidade tão alegre e animada, é tão bom ver jovens dançando na rua, jogando nas praias e participando nos numerosos eventos. Jovens, não vos deixeis asfixiar pela negatividade da minha geração e da geração dos vossos avós, vivei alegremente com a leveza da vossa idade. Não vos deixeis escravizar a vida toda por maus trabalhos, e péssimos ordenados, sejam uma geração melhor preparada, não tenham medo de ter a vossa própria opinião, quebrem às corrente, às hipocrisias da sociedade que vos prendem, que vos impedem de mudar e voar. Participem sempre da vida política, social e económica das vossas comunidades, porque vós, sois o futuro e, por último, mas não menos importante, nunca vos esqueceis de Deus." -----

Leonardo Paço: "Boa noite a todos, ainda não tinha tido oportunidade de agradecer à Primeira Secretária Cláudia Raimundo, quando presidiu esta Assembleia Municipal que o fez com distinção. Foi Presidente de todos os deputados, coisa que não costuma acontecer com o Presidente em exercício, só é Presidente de alguns deputados. O Presidente atual, ainda na última Assembleia, cometeu diversos erros graves, o que lhe quiserem chamar, e eu nunca vi plasmados nas atas esses erros e essas gafes, acho que deveria ser. Já em relação ao parecer dos tempos, que os deputados independentes têm direito, ainda continuamos sem ter acesso ao mesmo, a única coisa que sabemos é que o parecer não foi do agrado do Senhor Presidente e quando uma coisa não lhe agrada todos os outros que foram eleitos, como ele democraticamente, não têm direito a ter esse parecer na mão. Ficamos a aguardar que venha o novo e que seja feito um fato à medida das suas pretensões e de qualquer das maneiras que nos dê o parecer anterior." -----



Presidente da Assembleia: "Senhor deputado Leonardo Paço, para lhe dizer que a decisão não foi tomada pelo Presidente, foi tomada pela Assembleia e continuo a afirmar e pode ter a certeza que, na próxima Assembleia será discutido aquele requerimento que o senhor apresentou, que é um requerimento perfeitamente contraditório, em que diz uma coisa e o seu contrário, mas não irei agora discutir essa questão, ficará para uma próxima oportunidade se bem que estamos à espera de uma informação, que a confirmar-se terá consequências e será também revelada nessa altura." -----

Helena Simões: "Boa noite, os meus cumprimentos a todos, em seguimento a estas duas intervenções aqui do alojamento local, eu gostaria só de complementar e de alguma forma, afunilar. Primeiro, o alojamento local é quarenta por cento da resposta nacional, sessenta e dois por cento dos titulares do alojamento local, da licença de alojamento local são pessoas singulares, não são empresas, grandes empresas, como o PS tenta vender a ideia, não, são pessoas singulares, sendo que oitenta por cento dos mesmos têm três ou menos alojamentos locais. Muitos deles vivem com o rendimento dos alojamentos locais para o contributo do seu orçamento familiar. O alojamento local contribui em, três virgula oito por cento para o PIB, não sou eu que o digo, é a NOVA, existe um estudo que foi feito a posteriori das ameaças que têm vindo a ser concretizadas pelo PS, cria cento e dez mil empregos, como o meu ilustre colega já tentou apelar ao bom senso do caro Presidente da Assembleia Municipal, na sua qualidade de deputado da Nação e porque tenta-se sistematicamente desvincular-se da sua posição de deputado quando não lhe convém, mas depois quando lhe convém cola-se à posição deputado. Eu, infelizmente, sou Helena sou deputada, sua mãe, sou filha, sou empresária, enfim, as minhas facetas vêm todas ao de cima quando aqui estou, também sua empresária de alojamento local, também tenho um apartamento, gostaria de lhe perguntar concretamente e diretamente, uma vez que já votou ou pelo menos, os cento e vinte deputados do PS votaram contra, de alguma forma, o alojamento local a dezanove de maio, deixo-lhe o repto e pergunto como é que vai votar a dezanove de julho, se vai votar ao lado dos albufeirenses ou se vai votar contra os albufeirenses?" -

Presidente da Assembleia: "À semelhança da senhora deputada Helena Simões eu também sou albufeirense, e também defendo albufeira e, pode entender como quiser, mas o que é facto é que, eu vivo cá, tenho cá a minha família e tenho interesses em Albufeira, portanto, essa questão da dicotomia entre albufeirenses e não



albufeirenses, não tem qualquer razão de ser. O facto de ser ou não ser deputado, não é tema para estes fóruns. Não discuto as questões relacionadas com a Assembleia da República, essas são para discutir na Assembleia da República e eu sou efetivamente um deputado em cento e vinte. Somos cinco deputados pelo Algarve, no que diz respeito ao Partido Socialista e mais quatro para outros partidos e iremos analisar após o diploma ser finalizado, qual o seu conteúdo e naturalmente, nessa altura, tomarei a posição, uma vez que ainda não tenho a redação final.” -----

Dário Pereira: “Boa noite, considerem-se todos cumprimentados, eu costumo dizer e venho aqui dizer mais uma vez, não há fumo sem fogo e, nesse sentido, levando as minhas palavras da Assembleia passada, eu penso que, e venho solicitar a esta Assembleia, que averigue o que é que se passa na AHSA. Houve várias trocas de mensagens do senhor Carlos Santos com algum elemento daqui, que essas mensagens estão a passar por todos, e eu acho que já chegou a todos, e penso que seja para averiguar essa situação, não podemos deixar morrer este assunto, inclusive, põem em xeque o senhor Desidério Silva que, como vereador não permanente e como Presidente da APAL e isto, eu acho que é vergonhoso para a nossa cidade o que se está a passar. Eu acho que devemos todos abrir os olhos no fundo, porque eu posso ler aqui alguns excertos, mas eu até tenho vergonha de trazer a esta casa, mas, se calhar, mais tarde irei trazer. Outro assunto que me traz aqui é a freguesia da Guia, tomei conhecimento de uma situação que, na parte da rotunda onde está a fonte, há vários camiões a abastecerem de milhares de litros de água. Eu não sei qual é a maneira que nós podemos atuar. Eu sei que esses camiões vão para estufas de tomates, que estão a regar os tomates na parte norte da freguesia da Guia, levam essa água para umas supostas casas de Madeira, um suposto camping na Guia, que eu desconheço, mas são umas casas, e esses camiões continuam lá a abastecer diariamente litros, após litros de água que fazem falta todos os dias. É preciso averiguar isto Senhor Presidente. É isto que eu peço a esta Assembleia, que tomem em devida as minhas palavras e que se faça justiça.” -----

Domingos Coelho: “Ora boa noite a toda a Assembleia e a quem nos acompanha lá em casa, gostava de colocar aqui três questões ao senhor Presidente. A primeira tem a ver com notícias e imagens que passaram há pouco tempo pelos jornais e pelas redes sociais. Imagens que não dignificam Albufeira, estão a denegrir a imagem do turismo de Albufeira e este, é um problema que não tem muito a ver com a segurança como aqui



já se falou, mas é um problema que é recorrente em Albufeira, julgo que tem mais a ver com o civismo, a falta de cidadania e que remete também para uma situação que é o papel da autarquia num regulamento que há muito tempo se fala, que será um regulamento de bom comportamento cívico, ou o que se queira chamar, que penso que é exatamente o que está a faltar para resolver algumas destas situações. Por exemplo, nos casos que estou aqui a referir, se houvesse um regulamento que o turista ao entrar no hotel, lesse o documento, e lesse as possíveis penalizações para determinados atos, se calhar não cometeriam esses atos. Por exemplo, neste caso em que as notícias e imagens passaram em jornais internacionais, se calhar se depois aparecesse uma notícia a dizer que o turista no outro dia foi posto no aeroporto com um bilhete de regresso, talvez outros turistas não tivessem a liberdade para se comportar como se comportam. Eu acho que isto nem vale a pena falarmos muitas palavras sobre isto, porque toda a gente sabe daquilo que eu estou a falar, e penso que, são até palavras dispensadas para dar um pouco mais de dignidade a esta Assembleia. Isto também remete para uma situação que é a ausência do funcionamento do Conselho Municipal Segurança, que há meses que se fala, que está a ser constituído, que está para reunir e até hoje ainda não reuniu. Depois iria por outras áreas, que não sei se isso foi feito ou não, por parte da autarquia, sensibilizar os hoteleiros, as pessoas que trabalham nesta área, porque essa é talvez a primeira a atitude, a primeira autoridade para chamar a atenção das pessoas e eventualmente pôr as pessoas na rua e não continuarem, em muitos casos, a fornecer bebidas ou outra situação qualquer. Outra questão que gostava de colocar é a revisão do PDM. Também há longos meses que se fala da revisão do PDM, que está para sair, em tempos já pedi o relatório de diagnóstico, ainda não tive em minha posse, foi dito que seria para aprovar até ao fim do ano, não vejo como é que um instrumento desta amplitude, desta importância pode ser discutido, proposto, alterado, consensualizado e passando logo em primeiro lugar pela informação, para discutir e aprovar até ao fim do ano. Finalmente, são três questões, esta é a terceira que segue e tem a ver ainda e, sempre com a questão da poupança de água. Há dias observei que, por exemplo, nas praias da cidade, existem chuveiros que correm o dia inteiro, são usados constantemente. Lembro que há um bom par de anos, numa situação de, também de dificuldade de água ou de escassez, esses chuveiros foram fechados. Não percebo porquê que não são fechados já, porque afinal as pessoas que tomam ali o duche acabam por ir tomar outra vez o duche a casa, portanto, ninguém sai dali com o



duche e depois veste a roupinha e vai passear. E já agora ainda sobre a água, uma pergunta, se finalmente, nestas obras que estão a decorrer aqui no eixo viário, se finalmente foi colocado uma conduta com água tratada partir da estação de Vale Faro para regar toda essa zona que está agora a ser ajardinada, e da qual os resultados eu tenho muitas dúvidas que resulte numa poupança de água, e até mais, que uma parte daquelas plantas não se venham a perder.” -----

Carlos Quintino: “Digníssima Assembleia, tenho três áreas que gostaria de vos trazer de forma sucinta, uma tem a ver com aquilo que é o mau desempenho da Algar na recolha dos recicláveis, cartão, vidro e plásticos, que tem sido uma constante ao longo dos anos, mas que este ano parece que se tem agravado mais, tive oportunidade de durante o fim de semana dar uma volta ao concelho. Corri quinze pontos de recolha, nenhum deles estava em condições e, portanto, sendo um tema recorrente, sendo que todos nós nesta casa, temos responsabilidade de fazer valer aquilo que são as nossas competências nestas matérias, sendo vergonhoso para Albufeira, enquanto capital do turismo, ter os pontos recicláveis na forma como estão, eu venho por este meio, ao abrigo do artigo, quarenta e oito da alínea D propor um voto de protesto à Algar sobre aquilo que tem sido o seu mau desempenho na recolha dos recicláveis, cartão, vidro e plásticos e que se o voto de protesto, naturalmente, for aqui aprovado por esta digníssima Assembleia, se faça chegar esse voto de protesto à Algar, à AMAL e a todas as Assembleias Municipais que têm também responsabilidade relativa, mas também todas as Assembleias Municipais dos municípios do Algarve. O ponto dois tem a ver com aquilo que é uma realidade que nós atravessamos diariamente, no Verão, e que tem a ver com o turismo de despedidas de solteiro. Quando outros países e outros municípios de outros países repelem esse turismo, eu acho que nós não podemos analisar esta questão de forma casuística, nós temos que analisar isto de uma forma global e acho que deveríamos todos estar disponíveis para um amplo debate sobre esta matéria para equacionarmos se efetivamente Albufeira quer ou não quer, o turismo de despedidas de solteiro. E esta é uma questão que tem que passar por várias instâncias, mas também por esta casa. Sabemos que há municípios em Espanha, Itália e Grécia que não querem, e que os seus presidentes e os seus órgãos já manifestaram claramente, se vêm por mal, não venham, nós temos que pensar se Albufeira tem capacidade, se quer ou não tomar essa decisão, porque realmente é um fenómeno que se arrasta e que causa alguns constrangimentos à nossa população. Resta saber se aquilo que é o lucro



que esse turismo despedidas de solteiro traz para a nossa cidade, para o nosso concelho, compensa todos estes constrangimentos, e eu acho que esta é uma matéria que deve ser amplamente discutida de uma forma ampla, de uma forma abrangente, para que todos consigamos tomar depois uma decisão consciente, que é uma decisão que depois passa por aquilo que é uma comunicação do Município sobre este tema, à semelhança do que se fez, não se está aqui a inventar, em outros países e em outras cidades. Dois elogios, um elogio àquilo que foi a realização da Feira Caça e Pesca, que foi um sucesso, a mudança de localização, embora também na Marina foi claramente favorável àquilo que é aquele evento. O evento está a atingir uma dimensão extraordinária. Continue Senhor Presidente, continue executivo, porque realmente é um evento que merece ser mantido. Outro elogio prende-se com aquilo que é a intervenção do Município em pequenas requalificações de grande importância, nomeadamente as pinturas, as passadeiras, as lombas, tudo aquilo que são intervenções que por pequenas que sejam, fazem uma grande diferença, sobretudo quando há uma grande afluência à nossa cidade." -----

Presidente da Assembleia: "Relativamente à questão do voto de protesto, agradecia depois nos fizesse chegar o documento, para ser aprovado na próxima Assembleia e para passar por todos os membros da Assembleia Municipal e eventualmente ser votado em conformidade." -----

Mónica Coimbra: "Boa noite a todos, hoje a questão do Albufeira Prometida é sobre o bairro dos Pescadores, estive presente na última reunião de Câmara, e o assunto foi abordado, no entanto, a resposta foi uma mão cheia de nada. Assim sendo, queremos aqui na Assembleia abordar este tema. O bairro dos Pescadores é um dos mais antigos e emblemáticos da Albufeira, que existe há mais de setenta anos. É um bairro com características muito antigas e tradicionais, onde viviam e vivem famílias de pescadores. Por este motivo, é um bairro que devemos preservar, cuidar, manter as características e as tradições, e não permitir que seja ocupado por atividades económicas em espaços exteriores às habitações, alterando as fachadas, sem o cumprimento dos regulamentos e das normas aplicáveis. Sabemos, porque está à vista de todos, da existência de uma loja de gelados e agora de uma loja de vendas de bilhetes, com uma caixa de ATM que, parece um cofre-forte no quintal. Estamos a perder aos poucos a essência dos bairros tradicionais de Albufeira, que têm muita história e muita tradição. Senhor Presidente, questionamos: tem conhecimento desta



situação? Explique-nos como é possível transformar quintais em lojas? Foi feita alguma fiscalização aos locais? Foi levantado algum auto? Estas lojas têm licença? Quem passou esta licença? Será que já avaliaram o impacto visual e a perda histórica daquela zona tão tradicional? Senhor Presidente, pensamos que as tradições e identidade de Albufeira não se podem perder, aliás, devem a todo o custo manter-se. Temos que ter consciência, e transmitir a mensagem de que nem tudo se pode fazer, pois há regras e respeito pelo património histórico, há que haver fiscalização e muito rigor nestas situações." -----

Carla Madeira: "Muito boa noite a todos, dado a falta de tempo que temos, quero só deixar aqui, os parabéns a Casa do Povo de Paderne, pela organização das marchas populares deste ano. Eu faço parte, e tenho feito noutros anos, mas, de facto este ano está top, muito bem organizado, estão muito bonitas e quem não viu aconselho no dia quinze, nos Olhos de Água, a ir ver as marchas de Paderne. Segundo, queria deixar aqui uma nota, o ano passado levantei-me aqui para falar da Feira de Caça e Pesca e por causa do alojamento dos animais, este ano tenho que enaltecer o esforço que esta Câmara fez, e que o executivo fez, de forma a colocar os animais em melhores condições, longe do barulho. Estive lá por poucos momentos, mas vi de facto, o esforço que foi feito e agradeço por isso." -----

Luna Silva: "Boa noite, o tema que venho expor tem sido um assunto frequente e dominador nos média e nas redes sociais, falo-vos dos veículos TVDE, estes veículos tratam de ser os transportes individuais de passageiros, em veículos descaracterizados e que trabalham por plataformas eletrónicas de transporte privado, como é o caso da Uber e da Bolt. E a verdadeira problemática sobre este tema cinge-se na insegurança dos passageiros sentida durante o percurso das suas viagens. Ainda, do aumento do número de queixas entre os próprios motoristas que, referem que , existem motoristas, nomeadamente de nacionalidade estrangeira, que não conhecem a língua portuguesa e não conhecem as regras de trânsito, mas não fiquemos por aqui. Nos últimos cinco anos, contam-se com mais de quatrocentos e sessenta mil pedidos de troca de cartas estrangeiras para cartas portuguesas, aparentemente, encontra-se aqui um esquema de venda de cartas de condução falsas por valores superiores a duzentos euros. O Instituto de Mobilidade e dos Transportes tem vindo a confirmar estas suspeitas e a acompanhar os casos com queixas no Ministério Público, assim como aos inquéritos a decorrer na justiça. De acordo com as declarações prestadas pela



Presidente da Associação Nacional Movimento TVDE, Ângela Reis, numa entrevista prestada ao Jornal Económico, referenciou que existem muitos condutores que se encontram apenas há duas semanas em Portugal e já conduzem veículos TVDE. De acordo com a mesma, foi dito, e passo a citar as suas palavras, "o que poderá estar aqui em causa é rede de tráfico humano, dada as condições de vida destes condutores e do número extraordinário de horas passadas em frente de um volante." Dada a gravidade da situação, a Câmara Municipal de Lisboa exigiu que o Governo alterasse a lei dos TVDE, a fim de impedir quaisquer esquemas ilegais. De acordo com a moção apresentada pelo executivo, a mesma surgiu, após conhecimento público, de alegadas práticas fraudulentas, com o envolvimento de redes organizadas para obtenção de títulos de condução e certificados de habilitação. A Câmara Municipal de Lisboa exigiu ao Governo que procedesse à revisão imediata do enquadramento legal aplicável à atividade de TVDE para impedir esquemas ilegais no âmbito do exercício da profissão de motorista. A moção aprovada pretende que, o Governo altere a lei para garantir, aos municípios competências no domínio da regulação e organização dos TVDE, incluindo no que se passa à criação de contingentes municipais ou intermunicipais. Neste âmbito, a proposta da Câmara é para que o Governo, até à revisão da legislação, faça uma divulgação pública, do número de veículos em cada município afeto a esta atividade e da suspensão das atuais licenças atribuídas a operadores de TVDE que se encontram inativas por um período superior de três meses. O principal foco desta moção é mitigar os riscos indicados. Por fim, a condução sem título de condução legalmente emitida e sem certificação de habilitação para o exercício da profissão de motorista TVDE coloca igualmente em risco a segurança rodoviária e dos passageiros que recorrem a este serviço. Por tal pergunto ao senhor Presidente, se esta Câmara já procedeu a alguma iniciativa neste sentido? Perguntar ainda ao Senhor Presidente o seu parecer relativamente a esta temática? " -----

Sílvia Dias: "Boa noite, quero trazer aqui três pontos, em primeiro lugar felicitar a Junta de Freguesia de Ferreiras por ter organizado a festa dos Santos, para apoiar os comerciantes locais, não realizando distinção de ninguém. Toda a gente teve oportunidade, bem como também Associações de ter uma barraquinha e realizar algum fundo de maneio. Outra atividade que se realizou na freguesia de Paderne, uma festa para destino das associações, uma festa para todas as faixas etárias, numa só noite e para todos os gostos. Muito bom, muito positivo. Quero também felicitar pela



realização da Taça do Alentejo e Algarve de Patinagem Artística, que se realizou neste último fim de semana no pavilhão desportivo de Olhos de Água. Foi com muito orgulho que assisti a dois dias com muito desporto, com três equipas de Albufeira a representar o nosso concelho, um belo conjunto de atletas ali representados. Outra questão que queria realçar, não é tão positiva, mas também benéfica que é, no dia quatro de Junho. O Município de Albufeira organizou a festa da Lua Cheia na Praia da Galé, eu mesma participo naquela festa já há alguns anos, porque começou por ser uma festa pequenina, numa praia mais pequenina, depois para a praia das Pedras Amarelas e agora tem vindo a crescer. Esses anos todos que tenho vindo a participar, tem sido as empresas privadas que têm organizado, este ano, foi o Município, considero que se deve dar continuidade a esta festa, porque tem vindo a crescer e temos muitos visitantes, mas pergunto será que é possível envolver mais entidades na organização? Tais como a junta de freguesia, associações locais com barraquinhas, outras divisões, do município, Proteção Civil que não vi lá ninguém, os bombeiros que também não vi lá ninguém, GNR também não vi, vi sim dois elementos da polícia municipal. Refiro, considero que se deve dar continuidade àquela festa, porque o que vi foram filas à volta dos três restaurantes privados que ali estavam, a fazer o seu trabalho e bem. Filas de pessoas para irem ao wc, filas de pessoas para adquirir uma bebida e muitas pessoas que tinham necessidade de fazer a suas necessidades básicas e não havia wc público e havia filas, repito, para ir ao WC dos privados e faziam as suas necessidades atrás das rochas e nos areais. Desagradável. Será que não é necessário trabalharmos em equipa? Câmara, junta, todas as forças políticas e organizarmos ali uma festa benéfica para os nossos munícipes e nossos visitantes?" -----

Adriano Ferrão: "Boa noite, hoje quero trazer aqui três assuntos, não são daqueles mais agradáveis, mas que nos devem fazer refletir um pouco. Primeiro, estava a pensar eu sobre a água, já ouvi hoje aqui falar sobre a escassez de água que se prevê que seja progressiva, dado o aquecimento climático e nós vivermos nesta latitude deste país. Estava-me a lembrar de um amigo meu que, quando passávamos nas pontes de Paderne durante este inverno disse assim, "a ribeira já corre, corre bem", tinha muita água a correr, mas nós sabemos que aquela ribeira, quando ela corre assim a bom correr, aquela água se escoia para o mar. É uma água perdida. E eu pergunto, se não seria de pensarmos em criar um conjunto como existe, aliás, noutros países, um conjunto de pequenas albufeiras que façam a retenção daquela água e que, nessa última albufeira já



mais perto da foz, se essa água não pode ser bombeada de novo para as primeiras e aproveitadas também para regas, alimentando assim os aquíferos subterrâneos e podendo assim garantir mais água, não só no próprio terreno que fica húmido, como também não se perder essa água invernal que, enfim, dado que nós só temos aquela linha de água e uma outra ao pé da Quinta da Saudade, que vai até lá abaixo, à praia dos Salgados. Se essas linhas de água não poderiam ser aproveitadas e essa água ser também ela aproveitada? Já que falamos na central dessalinizadora, também devíamos pensar em reter aquela que conseguimos, e que a natureza nos dá, e já é doce. Depois há aqui um outro assunto, estava eu a trabalhar sobre planos de emergência e de escoamento das escolas e lembrava-me, então e se houver um sismo, realmente isto é desagradável, nenhum de nós quer que isto aconteça, mas às vezes temos de pensar nas coisas que são difíceis e que até podem magoar de alguma maneira. Então, se isto acontecer, um sismo em Albufeira e que tenha uma escala para cima de seis ou sete, em que já provoca demolições de edifícios, desmoronamentos, se isto acontecer, acontece geral, não acontece só numa escola, não acontece só num agrupamento, se forem tempos letivos, acontece em todas as escolas, e estão a funcionar com jovens e crianças lá dentro, isto é uma situação alargada, que nos vai de um limite ao outro geográfico do concelho. Sei que muitas escolas não têm um plano de emergência feito, sei que existem instituições que também não o têm, pelo menos não o praticam. Sei que não há os devidos simulacros, e pergunto eu, então e se houver uma situação dessas, será que nós no concelho, em termos de proteção civil também, estamos preparados para dar a ajuda que deve ser feita? Seremos uma fonte e um recurso de salvaguarda em escala suficiente para um acontecimento desse género? Se não somos, vamos dar prioridades, que planos existem? Porquê não pensar um dia num plano geral, sobretudo nas escolas, mesmo em lares, onde estão aqueles mais incapazes de se defender e que nós, pudéssemos fazer uma coisa a nível geral. Aliás, um simulacro desses ia nos colocar, com certeza, as dificuldades que depois teríamos que arranjar soluções e isso preparava-nos melhor. Há uns anos, nós construámos uma aldeia para a comunidade cigana, no Escarapão, ficou-se de fazer uma avaliação, isto tinha uma parceria também com a Santa Casa da Misericórdia, na altura essa avaliação já foi feita, existe algum plano de continuidade para realojamento dessa comunidade e dessa etnia, noutro qualquer lugar? Porque nós temos ainda uma outra comunidade aqui dentro do concelho." -----



Inês Mendonça: "Boa noite a todos, trago duas perguntas que são dirigidas ao Senhor Presidente e a primeira pergunta é a seguinte: qual é o tempo, em termos médios, que o gabinete do Senhor Presidente demora para responder a um e-mail com solicitações de um munícipe e também para um pedido de agendamento de reunião? E se considera razoável demorar mais de um mês a responder a um e-mail? A segunda pergunta tem a ver com uma situação que veio ao meu conhecimento, que é a seguinte: uma munícipe que viva sozinha, portanto, que não seja casada, solteira, sem filhos que atravesse dificuldades económicas, com salário reduzido e, por isso mesmo que enfrenta também dificuldades em conseguir encontrar uma casa para viver em Albufeira, seja para comprar, seja simplesmente para arrendar, terá vindo à Câmara Municipal de Albufeira para saber como poderia ter acesso a uma habitação social ou ao programa de arrendamento a custos convencionados. E na Câmara ter-lhe-ão dito, alegadamente, que nem valia a pena candidatar-se a esse tipo de habitação, porque a Câmara Municipal não atribui habitações, designadamente apartamentos, de tipologia T um, a uma pessoa solteira e sem filhos. E confesso que, isto me causou não só alguma estranheza, como também perplexidade, no sentido em que são precisamente estas pessoas sozinhas que têm um salário baixo, que têm as maiores dificuldades em conseguir pagar uma renda como aquelas que se praticam atualmente e que, todos nós sabemos, porque vamos acompanhando esta situação da habitação tão sobejamente falada em todo o lado. E portanto, a minha pergunta é a seguinte: efetivamente as pessoas solteiras, sem filhos, cujo agregado familiar é constituído por um só elemento, ficam para trás nos concursos da Câmara para atribuição de habitação social ou aos tais programas de arrendamento a preços convencionados?" -----

Domingos Coelho: "Dar os parabéns ao deputado Carlos Quintino por finalmente, e penso a todo o PSD, estar disponível para discutir, analisar o perfil do turista que afinal interessa ou não Albufeira. Há duas Assembleias atrás discutiu-se aqui muito a segurança ou não, em Albufeira, mais agentes ou não, e eu na altura pus a questão que ao montante deste problema de segurança, está o perfil do turista que certas zonas de Albufeira se foi especializando. E, para aquele perfil de turismo julgo que, temos que trabalhar em várias frentes e, principalmente, a questão do regulamento, mais do que policiamento é o regulamento." -----

Raul Ferreira: "Os meus cumprimentos, eu venho aqui e como disse na anterior intervenção que tive na Assembleia passada, não quero dar palco a quem eu acho que



não merece pisar o palco. No entanto, eu gostava aqui de referir uma coisa, na última intervenção que tive aqui na Assembleia, agi como deputado e não pratiquei nenhum ato profissional, pelo que eu penso que estar aqui a pôr em causa a minha idoneidade profissional, não faz muito sentido, no entanto, como o povo diz, quem não deve não teme, e eu venho aqui requerer a Vossa Excelência, Senhor Presidente da Assembleia que envie a ata da Assembleia passada para o Conselho Deontológico da Ordem dos Advogados, na eventualidade de Vossa Excelência não fazer pessoalmente irei requerer uma certidão da ata e, pessoalmente, irei enviar para que o Conselho Deontológico da Ordem dos Advogados se pronuncie sobre a minha conduta. Mas isto é o problema menor, e está passado e resolvido para mim. A questão que me trás aqui é dirigida ao Senhor Presidente da Câmara Municipal e tem a ver com o facto de no nosso concelho tem vindo a crescer de uma forma bastante acentuada, parques de caravanismo que não estão legalizados, é uma situação recorrente, à vista de todos, parques que não cumprem as regras e que, efetivamente, eu penso que os serviços de fiscalização e da Polícia Municipal deviam ter uma ação mais incisiva e mais direta e a própria Câmara, através do seu gabinete jurídico e contencioso, agir em conformidade com a situação, que é desagradável ver parques sem nenhuma condições, alguns deles instalados em terrenos de terceiras pessoas que não deram sequer o consentimento para que existam e continuam a funcionar aos olhos de todos, as pessoas a cobrarem estadias aos veraneantes de uma forma ilícita, no meu entender, e é uma situação que não abona em favor daquilo que nós queremos para Albufeira." -----

Presidente da Junta de Freguesia da Guia: "Em relação à fonte da Guia, é uma fonte que fornece pequenos agricultores. Toda a vida foi assim, eu próprio também já usei quando era pequeno aquela fonte, tomei lá banho muitas vezes, não tenho vergonha nenhuma de dizer, que quando nós não tínhamos água em casa, a população da Guia recorre àquela fonte. Temos pequenos agricultores que vão lá buscar água para regar pequenas sementeiras, bem como temos pessoas que, infelizmente, apesar da Vereadora Cláudia Guedelha, já ter feito um grande trabalho lá, para a água chegar aqueles sítios, pessoas que a água quando a utilização é muita, não têm pressão suficiente para chegar as partes mais altas, e as pessoas utilizam essa água muitas vezes para tomar banho. Em relação à estufa, são umas estufas enormes, fornecem tomates para todo o Portugal Continental e não é aquela fonte que vai alimentar as estufas, só quem não conheça as estufas é que vai dizer uma coisa dessas. Em relação



à Algar, estou de acordo com o senhor Quintino, nos últimos dias tenho sido um fiscal da Algar, tenho constantemente tirado foto, feito telefonemas, e-mails para lá. No dia quatro foi recolhido papelão da parte norte da Guia até ao Agapito e ontem foi recolhida parte sul, hoje mesmo já enviei mais e-mails com o plástico. Acho que realmente o senhor Quintino tem toda a razão no que disse, temos de fazer qualquer coisa, porque quem nos vem visitar, e quem vive cá constantemente, não merece este lixo nas ruas, com o vento que tem estado, o vento pega no lixo e leva para todas as ruas, é uma situação lamentável." -----

Mónica Coimbra: "Meus senhores, eu acho que andam todos distraídos. É curioso que só agora tenha vindo um membro da bancada do PSD manifestar o desagrado pela prestação do serviço da Algar, pois Albufeira Prometida em quase todas as sessões de Assembleia, tem vindo constantemente a alertar para o mau serviço que está a ser prestado. Recordemos que na última Assembleia foram entregues fotografias a comprovar a ineficiência da recolha do lixo. Por isso, no documento que vamos fazer, do voto de protesto que será subscrito por todos os membros desta Assembleia, consideramos importante que as fotografias ilustrativas sejam anexas ao mesmo se todos concordarem." -----

Carlos Quintino: Digníssima Assembleia, interpela a mesa ao abrigo do artigo trinta, alínea D do Regimento, no seguimento da minha proposta de voto de protesto, pelo facto de que, por considerar que efetivamente se trata de algo urgente e que carece de uma posição imediata, deixo à consideração desta Assembleia este voto de protesto, subscrito pela bancada do PSD/CDS para já, e pelo deputado Paolo Funassi e pela deputada Carla Madeira, para já e entregava à mesa e agradecia ao Senhor Presidente, que a colocasse a admissão." (Doc. n.º 2 anexo a esta ata) -----

Domingos Coelho: "Já na Assembleia anterior, ou na antepenúltima surgiu esta situação, um documento apresentado aqui à hora, da qual as bancadas não tiveram tempo de ler e analisar convenientemente e penso que hoje estamos a repetir a mesma situação. Quer dizer, o regulamento diz que, há um prazo próprio para que os documentos sejam entregues, para que depois possam circular por todas as bancadas e analisar com tempo, e a bancada do PSD pela segunda vez, diria consecutiva, usa esta estratégia, não estou a ver porquê que não o faz no tempo devido." -----

Presidente da Assembleia: "Relativamente à questão, não tem nada a ver com o conteúdo, tem a ver com a forma. E, a forma parece-me ser possível, face ao



regimento, no período antes da ordem do dia, apresentar votos de congratulação, saudação, pesar, protesto e tudo mais relativamente a esta matéria. Mas o período antes da ordem do dia, relativamente ao PSD terminou e, portanto, não vejo aqui a forma de conseguir recebê-lo, e foi isso que eu realmente referi, que o senhor deputado fizesse o documento por escrito, para ser apresentado numa próxima Assembleia, ou relativamente a esta, se fosse ainda dentro do tempo definido, e que, eventualmente, permitisse a mesma ser colocada à votação, ser discutido e votado.” ---

Carlos Quintino: “Senhor Presidente, com o devido respeito, eu apresentei antes da ordem do dia, no meu período, enquanto deputado, o Presidente pediu-me que fizesse por escrito e eu como não vinha preparado para isso, porque acho que é uma coisa tão simples, pode ser escrito na hora, fiz uma interpelação à mesa e introduzi dessa forma o voto e, portanto, tem aí por escrito, pode admiti-lo e pode conceder dois minutos a cada bancada, conforme diz o Regimento, no mesmo artigo que há pouco citei, para se discutir a proposta, portanto, é só ter a vontade de o fazer. A questão do senhor deputado Domingos Coelho, no sentido de referir que tem de vir com apresentações prévias, isto não é nenhuma moção, isto é um voto de protesto, as Assembleias são dinâmicas, não são estáticas e, portanto, não se trata de nenhuma moção. Uma moção requer agendamento, o voto de protesto pode ser apresentado na Assembleia e discutido.” -----

Helena Simões: “Isto normalmente tem sido apanágio do PS, tentar bloquear os votos de louvor ou de protesto, já quando foi o voto de louvor para o executivo da Câmara, quando foi altura da pandemia, também tentaram boicotá-lo e não o votar por uma tecnicidade e foi votado mesmo sem documento manuscrito, e na altura, o excelentíssimo atual presidente da Assembleia Municipal, era o líder de bancada e contra factos não há argumentos. Tem cabimento no nosso Regimento os votos de protesto e os votos de louvor, nem sequer era passível de ter sido manuscrito, como foi, a pedido do Presidente. E agora o Presidente, porque foi manuscrito, já entende que está desfasado do momento. Quando ele foi apresentado verbalmente, o documento a única coisa que diz é precisamente aquilo que o deputado Quintino já disse verbalmente, no seu período, que é um voto de protesto contra o serviço prestado pela Algar, que se dê conhecimento à AMAL e às demais Assembleias Municipais do Algarve, nem mais nem menos. A única coisa que foi acrescentada foi a



data de hoje e as assinaturas, como tal, dizer que o documento é novo, é um ente estranho, não, o documento foi lido pura e simplesmente agora foi entregue em papel.”

Presidente da Assembleia: “Conferenciando com a mesa, o que acontece relativamente a isto é que, as outras bancadas não tiveram conhecimento, conhecimento mais estreito nesta matéria. Eu, se calhar ia fazer isto de uma forma repartida, enquanto o Senhor Presidente da Câmara responde às várias questões relativamente ao período antes da ordem do dia, eu passaria este voto de protesto pelas várias bancadas para lerem, e depois daria dois minutos a cada bancada para que, se pronunciassem acerca do assunto. Mas entendemos que, qualquer voto, em cima do acontecimento traz sempre esta dificuldade. Este voto de protesto até é um voto que, em termos de conteúdo, não levanta problema algum. Quanto à questão formal é que é conveniente que não se caia sempre numa situação em que, à última da hora, surjam situações que possam limitar o conhecimento do teor do texto por todos os elementos das bancadas. Entretanto, houve um senhor vereador, que pediu a palavra, eu dei informação de que a palavra não podia ser dada diretamente, uma vez que o senhor vereador não representa a Câmara Municipal. Na eventualidade do Senhor Presidente, autorizar e conceder a palavra ao senhor vereador, para poder falar, está nas suas prerrogativas, poder fazê-lo e, portanto, o Senhor Presidente, se o quiser fazer, poderá fazer e autorizar o senhor vereador.” -----

Presidente da Câmara: “Houve um senhor vereador que pediu a palavra, uma vez que o nome dele foi referido por uma pessoa do público, e eu acho que é possível dizer algumas palavras sobre isso.” -----

Vereador Desidério Silva: “Boa noite, neste mandato é a primeira vez que venho aqui, porque as regras estão bem definidas, eu sei disso, mas como o meu nome foi aqui colocado, e às vezes como a memória é muito curta, só queria dizer que não fui fundador de AHSA, não tive qualquer ligação com a AHSA, não tive nem tenho ligação nenhuma com a AHSA e, conheço as pessoas da AHSA como todos vocês conhecem, esse é o primeiro ponto. Segundo ponto, num dos meus mandatos, a Câmara Municipal trabalhou com a Academia do Bacalhau, para a construção da sede, onde está neste momento o centro de Dia do Rossio. Em função do trabalho feito a AHSA abordou a Câmara Municipal, para que fosse cedido um terreno para a construção de um centro de dia, um lar, uma creche, uma escola e a Câmara decidiu atribuir esse espaço num determinado sítio, num loteamento ao pé do Aldi, e em função desse processo, a AHSA



decidiu mandar elaborar um projeto de arquitetura para esse terreno. Nesse contexto, a minha ex-nora trabalhava num gabinete de arquitetura em Armação de Pera, o projeto foi adjudicado a esse gabinete, e ela estava lá a trabalhar. Eu por acaso, leio mais livros e jornais e não sabia dessa história. O Dário agora é que fez aqui esta questão pública e, portanto, eu acho que há mais coisas para fazer por Albufeira do que estar a falar mal das pessoas, mas isso cada um faz aquilo que entender. Eu queria só deixar aqui, em defesa da honra e, obviamente, do meu bom nome que, não tive, nem tenho qualquer ligação, nem sócio da AHSA eu sou. Que fique aqui bem registado todo o processo e, queria aqui esclarecer isso e agradecer à Mesa e ao Senhor Presidente me terem dado essa possibilidade dentro deste quadro, muito obrigado.” -----

Dário Pereira: “A questão não se trata da ex-nora do antigo Presidente da Câmara, trata-se simplesmente das palavras escritas pelo Carlos Santos, a preferência de dar à ex-nora, Marta Campos. Eu não queria falar em nomes, mas obrigaram-me a falar em nomes. Esse projeto custou cento e cinquenta e seis mil euros, agora pergunto-me senhores deputados, o que é que esse projeto vale hoje? Nada, zero está obsoleto, ninguém vai aproveitar esse projeto. São cento e cinquenta mil euros jogados à rua, de todos nós. Agora, pergunto eu, se todo o mundo tem a consciência tranquila? E há mais.” -----

Presidente da Câmara: “Relativamente ao Dário que falou aqui na fonte da Guia, o Dinis de alguma forma, já respondeu, acho que ninguém vai buscar água à fonte para ir regar vinte e sete hectares de tomate. O Domingos Coelho fala aqui de notícias e imagens que apareceram sobre Albufeira na questão do regulamento que eu chamaria mais Código de Conduta e de Comportamento, isso está a ser elaborado, mas, conforme diz, não é uma questão apenas de segurança mas sim de regulamento, mas se não houver segurança o regulamento não serve de nada, porque não há ninguém para fazer cumprir o regulamento, portanto, para haver uma coisa a outra também tem que necessariamente haver. Acho que toda a gente está interessada em alterar o modo de comportamento desse tipo de pessoas que passam por ali, e eu posso afirmar e também outras questões, a semana passada tive em reunião com o Senhor Secretário de Estado Estado do Turismo, onde lhe apresentei todos estes problemas que se passam por Albufeira, falei na elaboração de um código e falei na questão do interior dos estabelecimentos em que, aí não pode haver influência externa, tem que ser o próprio



empresário a determinar as regras de lá e fazê-las cumprir. Evidentemente, já encontramos alguma possibilidade de solução para o problema, vamos assinar dentro de poucos dias um protocolo, para haver alguma formação com o Turismo de Portugal e penso que, isso é capaz de vir minimizar, ou ajudar a resolver o problema, e falou também no Conselho Municipal de Segurança, que está a ser agendado para o final do mês, provavelmente para dia vinte e oito de julho. Há um elemento que ainda não tomou posse, o comandante da polícia municipal, em que o Ministro proferiu o despacho apenas a semana passada, e só agora é que foi empossado, portanto, vai tomar posse na próxima reunião de Câmara e depois, no dia vinte e oito irá haver o Conselho Municipal de Segurança. Relativamente à revisão do PDM, continua-se a trabalhar, a ver vamos, o mais depressa possível, também gostava que isso estivesse já todo realizado. Relativamente à questão da poupança de água, alguém falou aqui nos chuveiros, em dois mil e cinco, na outra seca que houve, tão drástica como esta, foi realmente uma das medidas a tomar, porque até se verifica que os chuveiros da praia, contrariamente àquilo que disse, servem mesmo para algumas pessoas tomar banho. Chega-se a ver pessoas a ensaboarem-se, o que não é permitido por lei. Sobre a questão das plantas, se tem dúvidas que algumas peguem, é verificar a questão da Marina, foi feita precisamente a mesma operação e é ver como elas estão. Relativamente ao senhor deputado Carlos Quintino, sobre o voto de protesto, independentemente da forma como o voto de protesto é aceite ou não, isso são questões mais relacionadas com a parte jurídica e parte de forma, o conteúdo aqui é que importa, porque se o voto de protesto for apenas votado na próxima Assembleia que vai ser em setembro, já passou o mês de agosto. É uma realidade, não se sabe quem é que nasceu primeiro, se o ovo ou a galinha, agora toda a gente vem aqui dizer que já na última reunião e na outra e na outra, já tinham falado na questão da Algar. Eu falo na questão da Algar há uma série de anos, e nos sítios ideais, falei na Assembleia Geral da Algar, precisamente essa situação, a situação de catástrofe que se passava no inverno e antevendo um verão catastrófico, falei na AMAL, todas as vezes que há reunião na AMAL falo nessa situação, portanto, mas não estou aqui a dizer que falei primeiro que os outros ou depois, isso não interessa, interessa é que todos estamos a comungar do mesmo sentimento, e a Algar está a prestar um péssimo serviço. Tal qual como disse aqui, e volto a dizê-lo, para além da Algar, a E-redes também está a prestar um péssimo serviço, serviços com atraso, porque, contrariamente àquilo que às vezes se pensa, a



Câmara Municipal não tem capacidade, não tem competência para mexer em qualquer coisa que tenha a ver com a parte da eletricidade, é sempre o pessoal da E-redes. Por exemplo, se quiser colocar duas luminárias em dois postos que já lá estão, mas só falta a lâmpada, é preciso mandar um ofício para a E-redes, eles fazem o orçamento daquilo que é o trabalho, mandam o orçamento, a Câmara aceita ou não aceita o orçamento, e ao aceitar o orçamento, comunica a dizer que o orçamento fosse aceite, podem efetivar a obra. A obra aí demora seis, sete oito meses para pôr duas lâmpadas. Agora, imaginemos em vez de ser só duas lâmpadas, que é quase o mínimo dos mínimos, vejam a situação relativamente a estender uma rede, colocar quatro ou cinco postos de iluminação pública, isso então demora meses. São situações que realmente não agradam a ninguém, e quem é sempre responsável, é sempre a Câmara Municipal, independentemente de todos aqueles que vêm aqui dizer que há coisas que estão mal, eu nunca disse aqui neste sítio que tudo estava bem, não, não está tudo bem. Agora, que há muita coisa que se faz bem, muitas vezes é esquecido, ou não é visto, ou não querem ver, isso também é verdade. Eu contesto tudo aquilo que, muitas vezes, coisas são ditas e vou contestar algumas daquilo que forem ditas e outras, se calhar, pode acontecer que não tenha grande resposta. Relativamente à questão do turismo, é um problema, é uma situação preocupante sobre o tipo de turismo e os comportamentos que têm, mas esses comportamentos, conforme falei também com o Secretário de Estado do Turismo sobre vários aspetos. Os comportamentos passam pelas agências de viagens que colocam cá, logo à partida, os próprios turistas com pacotes de alguma forma, até desculpem o termo, um bocado esquisitos, não são grande coisa, que não anteveem grande coisa, a partir daí a agência de viagens lava as mãos, está resolvido, coloca-os numa habitação ou não, porque já ouvi falar, inclusivamente de pacotes de turistas que vêm no avião da origem, chegam ao destino que é Faro, depois vêm para Albufeira, estão durante umas horas aqui a beber e depois vão outra vez para o avião para Faro e vão-se embora. Já ouvi falar nisto, não sei se isto é verdade, mas ouve-se falar de tanta coisa, que nem sempre tudo aquilo que se diz, é verdade. Agora, se isto for verdade, isto é o mínimo que pode acontecer, isto é demais. Agora, quem é que convence, quem é que corta, quem é que nega que essas agências, que esses empresários façam essa situação? É um bocado difícil, realmente só a nível internacional ou não sei, eu expus todos estes problemas ou senhor Secretário de Estado, embora alguns deles não tenha a ver, aliás, o que eu lhe disse logo no princípio



da reunião, muitos dos assuntos que expus nem tinham a ver com a área dele. Também falei nos TVDE, falei na questão dos contingentes, já falo nisso há muitos anos, porque os táxis são os únicos que têm contingente concelhia, os TVDE conforme a deputada Luna disse, penso que não seria possível ao Governo saber quantos TVDE estão em cada concelho e em cada momento, é impossível. Só se tiver um GPS e através de meios eletrónicos, para isso também é uma anedota que é muito interessante, há aquelas aplicações de telemóveis que indica qual é a origem dos turistas, e aqui há uns anos houve uma aplicação de uma operadora, não vou dizer o nome, e num determinado sítio na serra de Monchique haviam muitos turistas num determinado momento, e as pessoas achavam estranho, então o que é que se passava? Era nos aviões, quando está um determinado tipo de vento, que passa por lá por cima da serra e têm todos o telemóvel ligados, por isso estão a ver, às vezes as tecnologias também falham. Eu tenho dificuldade em saber e tenho sérias dúvidas, se era possível alguém saber, seja o Governo, a Câmara Municipal não consegue saber quantos TVDE estão, por exemplo, no concelho de Albufeira, porque eles não têm registo no concelho de Albufeira. Independentemente da questão, se sabem falar inglês, se têm o título que o habilita a conduzir um carro de transporte de passageiros, se têm títulos de condução, se têm formação que é obrigatória por lei, nada disso é com a câmara. A Câmara ficou completamente a leste em três coisas: dos TVDE, dos Tuck-Tuck e dos transferes, tudo isso é apenas um registo no IMT ou na Rede Nacional de Viaturas, no âmbito da Direção-Geral do Turismo, com um rol de documentos que é necessário, número de horas de formação para a condução, alguns deles, outros se calhar não, e a partir dali têm o título, é fácil. Um taxista já não é assim, portanto, há aqui uma diferença, mas já há muitos anos que eu falo nisto, não é de agora. Há aqui uma grande diferença de atitude, diferença de critério para uma classe e para outra, completamente diferente. No meu modo de ver, acho que é injusto, porque o taxista poder ter um táxi registado tem de concorrer no contingente de Albufeira, só pode pegar passageiros em Albufeira, não pode apanhar passageiros no concelho de Silves, ou no concelho de Portimão, pode ir levar lá pessoas e pode trazer a mesma pessoa de volta, mas não pode apanhar lá pessoas novas. Um TVDE pode fazer tudo aquilo que lhe apetecer. A maior parte dos TVDE que estão cá, nem têm o registo, nem são de cá, com certeza, são de outros pontos do país, e estão aí centenas deles. Basta ir ali para a estrada, em cinco ou dez minutos que vamos na Avenida dos Descobrimentos, olhem para o vidro



traseiro do carro e digam quantos TVDE é que encontram. Isto é uma situação que é gravosa, que é desigual, é uma guerra desigual, que já disse várias vezes aos táxistas, inclusivamente há uns anos, quando houve aquelas manifestações, protestos, que quanto a mim são justos, porque não são condições iguais. E os transferes são a mesma coisa, e os Tuck-Tuck é igual. Isso foi transmitido também ao senhor Secretário de Estado que, segundo se costuma dizer e, segundo se diz, tomou boa nota do assunto. Também transmiti que o número de efetivos do quartel da Guarda Nacional Republicana, atualmente é cerca de cento e quarenta e cinco militares, e em dois mil e doze, eram cento e oitenta e cinco, portanto, agora vejam a diferença que há, de dois mil e doze para agora, portanto, vejam se não faz falta também segurança? Faz, faz parte da segurança. Falei na emergência médica que também era muito pouca, falei numa série de problemas, e referi o estilo turista, porque Albufeira quer se queira, quer não, se for vista nesses jornais estrangeiros, com este nome, alguém os põe lá, agora tínhamos que agarrar a parte positiva disto, pode ser alguém que nos quer mal e para evitar que os turistas venham para aqui, para irem para outro sitio, que sejam as próprias pessoas, mas não quero acreditar que seja isso, mas pode acontecer. Já eu vi muita coisa também. Sobre a questão da questão do Bairro dos Pescadores, tudo aquilo que lá está, já foi devidamente referenciado ,há já algum tempo, há uma semana ou duas para fiscalização, está tudo informado e está a decorrer o processo normal. Eu já vi, passo lá e quando vou a conduzir não costumo estar com os olhos fechados, a não ser que adormeça ou que tenha algum problema, mas, aparentemente não. Mas já está em trânsito o procedimento judicial, digamos assim, pelo menos da fiscalização e da parte jurídica aqui do Município. Depois, a Silvia Dias falou aqui num assunto, para além de alguns elogios que deixou aqui, portanto, não vou falar, foi uma referência, uma constatação da parte dela. Falou no assunto com algumas particularidades no evento "full moon", portanto iria dizer ao senhor Vice-Presidente Cristiano Cabrita, para responder a esta parte." -----

Vice-Presidente: "Muito boa noite a todos, quero dizer que, enquanto eu for Vice-presidente, a festa da Lua Cheia vai se realizar sempre na Praia da Galé, satisfazendo assim, aquilo que são os desejos dos albufeirenses, também dos fregueses da guia, nomeadamente todo aquele tecido económico empresarial da Galé. Portanto, eu não me vou centrar nas negatividades, acho que são subjetivas, as pessoas com quem eu falei manifestaram a sua satisfação por aquele evento, não me vou alongar muito com aquilo



que são redundâncias que não considero. Só deixar aqui uma nota à senhora deputada Sílvia Dias, para lhe informar que não existem casas de banho privadas, os concessionários são públicos, portanto, fica essa nota para você saber, quando for à praia não existe casas de banho privadas, as casas de banho são públicas, decorrente do processo de concessão, portanto, fica com essa nota, quando for à praia, o WC é público, não há privados na praia, fica com essa nota, fica com essa satisfação da próxima vez que quiser usufruir de uma casa de banho, pode fazê-lo, porque é público, não é privado. Depois se permitir, e antes e vou aproveitar a benevolência do Senhor Presidente da Assembleia Municipal que me vai conceder, com certeza, dizer apenas que já está disponível o nosso boletim informativo, e que acho que está muito bem conseguido e que, efetivamente satisfaz aquilo que são as nossas ambições diárias, com tudo aquilo que temos feito nos últimos seis meses, nomeadamente os processos de inaugurações, nomeadamente o Albufeira Sun Set, nomeadamente o Sea Fest, nomeadamente aquilo que é o apoio à expressão cultural do município, nomeadamente um conjunto de obras que nós temos levado a cabo e, portanto, aqueles que estão lá em casa a ver-nos através do YouTube e também os senhores deputados. Está aqui o boletim, saiu agora, é sobretudo uma referência, porque ilustra efetivamente o trabalho que é feito diariamente por este executivo, naturalmente, do Senhor Presidente da Câmara e que, de certa maneira, explana aquilo que foram os últimos seis meses do nosso trabalho, que considero eu que, obviamente que posso estar aqui a puxar a brasa à minha sardinha, passe a redundância, mas é só para deixar esta nota com a benevolência do senhor Presidente da Assembleia Municipal e dizer lá para casa, aos fregueses de guia, aos albufeirenses que, enquanto eu for Vice-Presidente realizarei sim senhora, a festa da Lua Cheia na Galé, e irei fazer também mais alguns eventos na Galé de modo, sobretudo, não uma mera satisfação da música, mas sobretudo para apoiar os nossos artistas locais e, sobretudo também para apoiar a economia local. É isso que se pretendia, e é para isso que nós trabalhamos todos os dias." -----

Presidente da Câmara: "Sobre a escassez de água, já sabemos o que se passa, as barragens resolvem uma parte do problema, mas só se chover, se não chover não resolve o problema, literalmente nenhum. Portanto, têm-se um gasto de dinheiro, mas, evidentemente que fará falta a barragem, não nestas ribeiras para regar, mas penso eu, para haver infiltração equífero, principalmente, porque não acredito que a



infiltração não seja dada imediatamente, basta ver ribeira de Paderne quando corre, dentro de pouco tempo seca, porque se infiltra a água, penso eu que é assim. Sobre a questão dos planos de emergência, já está aqui registado, a questão de sismologia. A deputada Inês Mendonça pergunta qual o tempo médio, isso depende dos serviços, às vezes há possibilidades de responder rápido, outras vezes nem tanto, mas o objetivo seria responder no mais curto espaço de tempo, mas nem sempre isso é possível de acontecer, dados os oitocentos emails que chegam por dia a esta Câmara. Porque agora toda a gente se habituou a escrever emails, por qualquer assunto. O deputado Raul Ferreira falou na questão dos parques selvagens de caravanismo, é uma realidade, mas de vez em quando, a fiscalização e a Polícia Municipal, quer uma quer outra, de vez em quando, fazem alguma fiscalização nesse campo, enfim, mas continua sempre a haver cada vez mais, temos que incentivar é a criação de mais um outro campo de autocaravanismo com uma forma organizada, a par daqueles que já por aí há." -----

Presidente da Assembleia: "Vamos passar à questão da admissão deste voto de protesto. Queria só fazer um esclarecimento e informar de viva voz que, não há qualquer intenção por parte, do Presidente desta Assembleia, de obstar a que os votos de protesto sejam discutidos e votados. Há questões de diferenças de interpretação e ainda agora estou aqui com uma dúvida, relativamente a esta matéria. É uma questão para depois se falar mais tarde, mas por exemplo, o artigo quarenta e três diz uma coisa, o quarenta e oito diz outra, existindo assim alguma contradição. Acresce que o conteúdo do assunto é mais ou menos unânime, porém, como foi uma questão nova, é nesse sentido que quero refutar veementemente que alguma vez o Presidente tenha feito algo ou tenha tido alguma atitude no sentido de prejudicar quem quer que seja, ou qualquer membro da Assembleia. O que se verifica, é a necessidade de definir regras para as várias situações, tendo em conta as diferentes opiniões. Como sabemos, o direito nem sempre é linear e isento de dúvidas, mas relativamente a esta questão ficou definido então que face à urgência do tema, cada grupo parlamentar terá direito a dois minutos e os senhores deputados independentes têm direito a um minuto, para falar sobre esta moção. Solicitando que no futuro as petições ou moções sejam apresentadas no início de cada Assembleia."-----

Carlos Quintino: "Digníssima Assembleia, agradeço a sensibilidade do Senhor Presidente e da digníssima Assembleia nesta questão, parece-me que é uma questão transversal e que todos estamos de acordo. Queria também expressar a minha opinião,



de que, não se tratando de uma moção e sendo um voto de protesto, as Assembleias não são estáticas e, não temos que estar agarradíssimos àquilo que é uma ordem de trabalhos, se há um instrumento, que depois há uma alínea desse instrumento que é o Regimento, que nos permite introduzir estes pontos, sendo eles de carácter de urgência, que é o caso, ou seja, se viéssemos para aqui falar sobre este assunto em setembro, não teria a expressão que tem agora, porque é importante é falar agora, é agora que nós estamos a passar por este problema, é agora que isto deve vir a esta Assembleia. Quero dizer também que farei toda a questão na próxima Assembleia Intermunicipal enquanto deputado intermunicipal e líder da bancada agora do PSD nessa Assembleia Intermunicipal de trazer este tema à Assembleia Intermunicipal onde está presente o executivo da AMAL, e portanto, parece-me a mim que terá também expressão se essa intervenção for feita na Amal." -----

Paolo Funassi: "Também estou favorável, também convido todos os outros grupos a apresentar nas próximas Assembleias outras questões, também urgentes, também estou de acordo com Albufeira Prometida, pode-se anexar fotografias, não há nenhum problema, também estou favorável. Digo que sempre cai tudo no colo da Câmara Municipal, há um ditado em Itália que diz, "chove e a culpa é sempre do Governo", no caso o Governo português tem sempre culpa de tudo e, portanto, sabemos e fez bem em dizer, porque os fregueses têm de saber que não é a Câmara que tem sempre de fazer tudo, e ter culpa de tudo. Não estamos num regime comunista, que a Câmara tem, digamos assim todas empresas públicas. Em Itália há um sistema de porta a porta, às segunda-feira um saco azul, só o papel, na terça-feira só a fruta, isso coloca-se nas portas das casas e dos condomínios e as empresas recolhem o lixo, vão recolhendo e portanto, não há caixotes do lixo em toda a cidade." -----

Domingos Coelho: "Só uma palavra em relação à intervenção da deputada Helena Palhota, para dizer que a bancada do PS, pelo menos na sua atual composição, sempre se pautou pela transparência e pela crítica construtiva, eu próprio quando crítico normalmente faço uma proposta, pode não valer muito, mas faço. Não faço crítica de ânimo leve, e sempre estivemos disponíveis para diálogos, para concertação, nunca usamos estratégias, nunca ultrapassamos o tempo, nunca pedimos a intervenção para além do tempo que nos é atribuído, portanto, não aceitamos lições de qualquer bancada aqui presente. Em relação a este ponto, dizer que estamos contra a forma, mas que estamos a favor do conteúdo, e quando levantei a questão é porque já pela segunda vez



este, diríamos, incidente burocrático, vem a acontecer. E diremos que, até no papel que correu, eu diria quase um papel de merceeiro, não dignifica a própria Assembleia, penso que merecia outro tipo de tratamento e, não é muitas vezes chegar aqui a fazer uma intervenção, diria do momento, e passar isso depois para uma votação a seguir." ---

Mónica Coimbra: "Queria acrescentar à minha intervenção de há pouco que, na sequência dessa intervenção, Albufeira Prometida só irá subscrever o voto de protesto se for instruído com as fotografias que foram entregues na última Assembleia, fazendo menção das mesmas no documento. Albufeira Prometida fez um percurso pelo concelho, tem o nome das ruas, têm as fotografias, claro que vale o que vale, porque há muito mais ruas com este problema, mas gostaríamos que fosse anexado aquelas fotografias, obrigada." -----

Luna Silva: "Senhor Presidente, rececionado então o voto de protesto, li de forma cuidada e atenta e não obstante o cumprimento ou não das formalidades atentas no Regimento, tendo em conta os critérios de urgência, necessidade, uma vez que se trata de uma necessidade básica para todos os nossos munícipes e também a imagem de Albufeira, o partido Chega, irá votar favoravelmente." -----

Carlos Quintino: "Nós não vimos qualquer inconveniente na junção das fotografias de Albufeira Prometida, acho que isto é uma questão transversal e que todos devemos estar envolvidos e se efetivamente foi feita essa formalidade de entrega das fotografias, concordamos que essas fotografias possam ser anexas, não vemos qualquer problema. Por outro lado, já vimos algum problema nos comentários do senhor deputado Domingos Coelho, por uma razão, é que o próprio Regimento nem sequer exige que seja por escrito, eu podia ter feito de forma oral Senhor Presidente, eu cumpri aquilo que me pediu, mas eu podia ter feito de forma oral, não precisava de utilizar o tal papelinho de forma de merceeiro. Eu podia ter feito de forma oral, sujeitado aquilo que era a proposta à Assembleia e o efeito prático era exatamente o mesmo e continuo a dizer, as Assembleias não tem que ser estáticas, isso são Assembleias dos anos oitenta, estamos noutra era, se há questões urgentes que têm que ser aqui trazidas, tem que se usar os instrumentos dos quais nós temos a capacidade de usar, que é o nosso Regimento para tornar as Assembleias dinâmicas e úteis Senhor Presidente." -----

Helena Simões: "Eu peço desculpa ao deputado Domingos, se achou que de cima da minha juventude estava aqui a dar lições de moral a quem quer que seja, estava apenas



e só, a fazer referência a situações no passado semelhantes, em que o próprio PS por uma tecnicidade, tentou que não fosse votado uma moção de louvor e fiz essa referência, se se sentiu ofendido ao ponto de ter menosprezado trabalho de termos sido obrigados a manuscruver um documento que apenas carecia ter sido oral. Pronto, pelos vistos, até porque tem um erro ortográfico que eu própria me apercebi a posterior, pelo que estamos todos prontos para ir para a Assembleia da República, já que os documentos da Assembleia da República às vezes também saem com erros ortográficos." -----

Presidente da Assembleia: "Relativamente a esta matéria, a única coisa que eu tenho a dizer e a solicitar é que, com alguma brevidade, sempre que possível, tragam este tipo de votos para que possam ser conhecidos pelas várias bancadas e para que elas possam lê-lo, refletir e eventualmente depois votar em conformidade. Portanto, os votos de protesto, os votos de saudação e tudo mais, são votos que podem ser apresentados entretanto. Eu pedi para ser por escrito, exatamente para ficar em ata e para ficar definido aquilo que é o conteúdo do mesmo, que não ficou na altura muito bem explícito relativamente àquela matéria. Mas quanto a esta questão, senhor deputado, nunca em momento algum, deixámos de tornar esta Assembleia dinâmica e sendo esta Assembleia soberana ela decide, e, o Presidente tenta ser equilibrado e isento relativamente a estas matérias. Porém, esta forma de apresentação dos votos, não é propriamente a mais correta, como não tem sido durante todo este tempo, que o senhor deputado aqui tem estado. Eu continuo com dúvidas, não dúvidas existenciais, mas, de facto, o direito em termos de interpretação é sempre complexo e, há aqui uma contradição, mas não é isso que vai impedir, até por uma questão trazida à colação pela senhora deputada Luna Silva, e que me fez também pensar nesse assunto, que é a urgência do tema, pelo que a não votação nesta data poderia implicar que o assunto deixasse de ter qualquer relevância. Portanto, há que tomar em conta as várias circunstâncias para que se tome uma posição, o mais correta possível. Face a esta questão, não havendo mais intervenções, iremos passar então à votação da admissão deste voto de protesto." -----

Não havendo mais intervenções por parte dos membros da Assembleia, o Presidente da Assembleia colocou a votação a admissão do Voto de Protesto. -----

VOTAÇÃO: -----

Votos contra: zero (00) -----



Abstencões: zero (00) -----

Votos a favor: vinte e três (23): Adriano Ferrão, Francisco Oliveira, Raúl Ferreira, Carlos Quintino, Inês Mendonça, Mónica Coimbra, Helena Simões, Domingos Coelho, Dário Pereira, Luna Silva, Leonardo Paço, Luis Afonso, Sílvia Dias, Carla Vieira, Cláudia Raimundo, Paolo Funassi, José Vila-Nova, Carlos Mendes, Carla Madeira, Presidente da Junta de Freguesia de Albufeira e Olhos de Água, Presidente da Junta de Freguesia de Ferreiras, Presidente da Junta de Freguesia da Guia e Presidente da Junta de Freguesia de Paderne. -----

Voto de Protesto foi admitido por unanimidade. -----

VOTAÇÃO DO VOTO DE PROTESTO: -----

Votos contra: zero (00) -----

Abstencões: zero (00) -----

Votos a favor: vinte e três (23): Adriano Ferrão, Francisco Oliveira, Raúl Ferreira, Carlos Quintino, Inês Mendonça, Mónica Coimbra, Helena Simões, Domingos Coelho, Dário Pereira, Luna Silva, Leonardo Paço, Luis Afonso, Sílvia Dias, Carla Vieira, Cláudia Raimundo, Paolo Funassi, José Vila-Nova, Carlos Mendes, Carla Madeira, Presidente da Junta de Freguesia de Albufeira e Olhos de Água, Presidente da Junta de Freguesia de Ferreiras, Presidente da Junta de Freguesia da Guia e Presidente da Junta de Freguesia de Paderne. -----

O Voto de Protesto foi admitido por unanimidade. -----

Não havendo mais intervenções por parte dos membros, nem leitura resumida da correspondência, o Presidente da Assembleia deu início ao Período Antes da ordem do Dia. -----

ORDEM DO DIA

PONTO UM

Tomada de conhecimento da relação dos compromissos plurianuais assumidos - Delegação de competência no Presidente da Câmara; -----

O Presidente da Assembleia apresentou o ponto e deu a palavra aos membros da Assembleia. -----

Luna Silva: "Nos despachos de adjudicação preferidos encontra-se um concurso público com o seguinte procedimento: "fornecimento de pinturas em muros, elementos em madeira e ferro no concelho de Albufeira, com o preço base de cento e oitenta mil euros, datado de três de maio de dois mil e vinte e três". Curiosamente, o contrato não



consta no Portal de Informação Pública dos Contratos. Assim, pergunto diretamente ao Senhor Presidente questões objeto desta contratação, pinturas em muro e elementos de madeira e de ferro, as pinturas, em que zonas? E em que áreas ou locais? Estão aqui também abrangidas infraestruturas? E o que tratam de ser elementos de madeira e de ferro? Que materiais são estes? É que estas designações, Senhor Presidente, não concretizam, não são objetivas, são designações com sentido lato e abstrato que não especificam o contrato, ainda, e dado o valor da contratação, pergunto também se estão abrangidas as despesas de materiais de pintura? É que recentemente, devo recordar que a Câmara Municipal celebrou dois procedimentos de consultas prévias, no fornecimento de tintas no valor de trinta e sete mil euros, pelo que presumo que tais custos não se encontrem incluídos nestes cento e oitenta mil, sendo apenas e unicamente a mão de obra. Aguardo respostas." -----

Presidente da Câmara: Isto é extremamente objetivo, elementos de madeira e muros de alvenaria e ferros, e está incluída mão-de-obra e o material que é utilizado na mão-de-obra, normalmente nestes contratos. Sobre as outras tintas que se compram é para os nossos pintores fazerem o próprio serviço em salas de aula, em casas de habitação, e em alguns espaços mais fáceis, porque temos poucos pintores." -----

Não havendo mais intervenções por parte dos membros da Assembleia, foi feita a tomada de conhecimento. -----

PONTO DOIS

Tomada de conhecimento dos Apoios concedidos às Juntas de Freguesia; -----

O Presidente da Assembleia apresentou o ponto e deu a palavra aos membros da Assembleia. -----

Tomaram o uso da palavra os membros: -----

Paolo Funassi: "Sobre os apoios da Câmara às juntas de freguesia tenho elogiado constantemente, pois somos todos uma comunidade e estamos todos no mesmo barco, porém, na última Assembleia alguns Presidentes de junta queixaram-se da falta de diálogo com a Câmara, sem querer ensinar nada a ninguém, nem pretender dispensar conselhos, permitam-me torcer para que haja mais energia, comunicação entre as partes. As juntas de freguesia estão na trincheira da sociedade, e na linha da frente, a tentar resolver os problemas das pessoas, se todo o concelho está cada vez melhor para com os turistas e residentes, um obrigado também vai para os quatro presidentes da junta. O Ruaça, como se diz, o homem da raça em Paderne, é um polivalente total



para os seus habitantes. A querida Indaleta que responde às mensagens e telefonemas dos seus cidadãos também as três da manhã. O Dinis até transporta doentes da Guia até ao centro de saúde, o Jorge Carmo está por todos os cantos das Ferreiras, um sentido obrigado aos quatro e à Câmara de Albufeira toda." -----

Presidente da Junta de Freguesia da Guia: "Boa tarde a todos, agora com mais calma, vou pegar nas palavras do senhor deputado Paolo, realmente foi aquilo que eu também falei na última Assembleia e dizer que aquilo que foi falado ainda há pouco, as festas da Lua Cheia, foi mais um exemplo disso, na altura falei com o Senhor Vice-Presidente, não me deu autorização para fazer essa festa, mas fico contente que essas festas vão continuar, e acho que fazem todo o sentido, porque nós na Galé temos ali uma zona espetacular. Obrigado, Senhor Vice-presidente, obrigado Senhor Presidente e a todo o executivo e já sabem que podem sempre contar com a Junta de Freguesia da Guia para aquilo que for necessário da nossa parte, porque o nosso objetivo é apoiar o Município e melhorar cada vez mais o Município e a nossa freguesia." -----

Sílvia Dias: "Como há pouco não consegui aqui questionar, e o meu raciocínio quando eu falei das festas da Lua Cheia, foi sugestão para trabalhar em equipa, não foi para ter uma lição de WC privado ou público, e fico contente pela intervenção do Presidente da Junta e do Vice-presidente que é para continuar, melhorar, e colocar WC, porque havia filas envolta dos dois edifícios e não há necessidade das nossas praias ficarem a servir céu aberto a wc. Atenção, eu sei o que é um WC de uma concessão. Obrigada e fico muito contente." -----

Presidente da Câmara: "Só lamento o facto de dizer que não há diálogo entre as Juntas de Freguesia e a Câmara, o que não corresponde à verdade." -----

Não havendo intervenções por parte dos membros da Assembleia, foi feita a tomada de conhecimento. -----

PONTO TRÊS

Apreciação e deliberação, sob proposta da Câmara Municipal, nos termos da alínea k) do n.º 2 do art.25º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, da Proposta de atribuição do Estatuto de Utilidade Pública à Pata Ativa - Associação de Defesa dos Animais e da Natureza de Albufeira; -----

O Presidente da Assembleia apresentou o ponto e deu a palavra aos membros da Assembleia. -----

Tomaram o uso da palavra os membros: -----



Paolo Funassi: "Queria elogiar esta associação, parabenizar também a Câmara, e também estou favorável a dar o estatuto, porque a situação dos animais, é uma situação de todos nós, albufeirenses e por mais associações como estas e dar mais apoios. A Câmara já apoia também com vários milhares de euros muitas associações, e a esterilização dos animais domésticos é uma questão muito importante e não só, a questão do cemitério, mas está de parabéns a Câmara." -----

Carla Madeira: "Como toda a gente sabe, eu sempre estive ligada à causa animal, eu vi nascer esta associação, fiz parte dela no início, por razões pessoais sai. Queria aqui relembrar o excelente trabalho que tem feito. Queria também dizer que a Pata Ativa não ajuda apenas animais, ajuda as famílias carenciadas que têm animais, e eu há cerca de dois anos, fiz ver aqui esta Câmara que era importante mais do que um cemitério, era realmente fazer uma campanha, ajudar os nossos munícipes a esterilizar os seus animais. A Pata Ativa lança estas campanhas, mas o dinheiro não sai do céu. O dinheiro angariado dentro da comunidade, o dinheiro para estas esterilizações é angariado com rifas, é angariado com uma série de eventos, e era necessário realmente que a Câmara disponibilizasse mais verba para as esterilizações, porque é a base de tudo. Se estabilizarmos, ajudarmos os nossos munícipes a esterilizar os animais, não temos animais no caixote do lixo, não temos animais na rua, porque, na verdade, não há animais de rua. Há animais que as pessoas colocaram na rua, portanto, eu apelava a que, de facto, quando fosse a altura que se olhasse para esta problemática das esterilizações, não só para as colónias de rua, mas também ajudar os nossos munícipes com campanhas e com esterilizações mais baratas, portanto, mais acessíveis para que eles não coloquem animais nem nos contentores do lixo, porque depois a Pata Ativa tem que os tirar e fazer, portanto, de famílias de acolhimento e ajudar a que realmente haja aqui uma política melhor da causa animal, do que tem sido até agora." -----

Carlos Quintino: "A bancada do PSD/CDS reconhece a utilidade da associação Pata Ativa, que já está no nosso concelho a trabalhar nesta temática dos animais há alguns anos, tem conhecimento que o Município de Albufeira tem celebrado anualmente um protocolo de colaboração com esta Associação e vê efetivamente, com bons olhos que seja dado este reconhecimento nesta Assembleia por aquilo que tem sido o trabalho desenvolvido, a promoção do bem-estar animal, da saúde animal e também da preservação do meio ambiente e da saúde pública." -----



Presidente da Câmara: "O concelho de Albufeira, embora seja um concelho relativamente pequeno, tem cento e tal Associações, já há alguns anos, não é de agora, mas de vez em quando vão surgindo umas novas, penso que nem durante a pandemia acabou nenhuma por falta de verbas, conseguimos equilibrar e algumas delas fizeram o grande trabalho e despenderam grandes recursos, sejam eles de natureza financeira, mas também de natureza humana, porque isso também conta muito, o apoio das pessoas e das viaturas, enfim, tudo isso agora nós tentamos dar, e desde sempre tentamos atribuir receitas ou verbas às associações de acordo com papel de desempenho e de acordo com os planos de atividades que apresentam e as necessidades que vão apontando, porque não se vai dar assim imponderadamente verbas sem mais nem menos, só porque alguém pensa que se deve dar. Evidentemente, que há sempre uma maneira de fazer melhor hoje, do que ontem, repito, aquilo que já disse há pouco, nós não fazemos tudo bem, há coisas que continuam por fazer e há de haver sempre, felizmente, há de haver sempre novos objetivos, novas metas, novas missões a atingir e, por isso e tento ter em conta e melhorar aquilo que aparentemente está mal ou menos bem. Portanto, as suas associações, tal qual como esta e outras de outra índole, seja cultural, social ou desportiva, têm merecido, dos vários executivos da Câmara Municipal, do qual tenho feito parte já lá vão alguns anos, de uma forma equitativa, evidentemente, não no sentido absoluto do número, porque não pode ser, os critérios têm de ser diferenciados, tendo em conta as características da dita associação, mas tem sido de uma forma equitativa verbas e apoios logísticos às associações e, como disse há pouco, têm feito grande trabalho, e esta pode-se entender que é uma associação de índole social, tem feito um trabalho esmerado, trabalho belíssimo e merece, com certeza, esta solicitação para ser de interesse público." -----

Não havendo mais intervenções por parte dos membros da Assembleia, o Presidente da Assembleia colocou o ponto a votação.-----

VOTAÇÃO:-----

Votos contra: zero (00) -----

Abstencões: zero (00) -----

Votos a favor: vinte e três (23): Adriano Ferrão, Francisco Oliveira, Raúl Ferreira, Carlos Quintino, Inês Mendonça, Mónica Coimbra, Helena Simões, Domingos Coelho, Dário Pereira, Luna Silva, Leonardo Paço, Luis Afonso, Sílvia Dias, Carla Vieira, Cláudia Raimundo, Paolo Funassi, José Vila-Nova, Carlos Mendes, Carla Madeira, Presidente da



Junta de Freguesia de Albufeira e Olhos de Água, Presidente da Junta de Freguesia de Ferreiras, Presidente da Junta de Freguesia da Guia e Presidente da Junta de Freguesia de Paderne. -----

A proposta foi aprovada por unanimidade. -----

PONTO QUATRO

Apreciação e deliberação, sob proposta da Câmara Municipal, da Proposta de redução do valor das taxas de regime Livre de Natação; -----

O Presidente da Assembleia apresentou o ponto e deu a palavra aos membros da Assembleia. -----

Não havendo intervenções por parte dos membros da Assembleia, o Presidente da Assembleia colocou o ponto a votação. -----

VOTAÇÃO: -----

Votos contra: zero (00) -----

Abstenções: zero (00) -----

Votos a favor: vinte e três (23): Adriano Ferrão, Francisco Oliveira, Raúl Ferreira, Carlos Quintino, Inês Mendonça, Mónica Coimbra, Helena Simões, Domingos Coelho, Dário Pereira, Luna Silva, Leonardo Paço, Luis Afonso, Sílvia Dias, Carla Vieira, Cláudia Raimundo, Paolo Funassi, José Vila-Nova, Carlos Mendes, Carla Madeira, Presidente da Junta de Freguesia de Albufeira e Olhos de Água, Presidente da Junta de Freguesia de Ferreiras, Presidente da Junta de Freguesia da Guia e Presidente da Junta de Freguesia de Paderne. -----

A proposta foi aprovada por unanimidade. -----

PONTO CINCO

Apreciação e deliberação, sob proposta da Câmara Municipal, da autorização prévia prevista na alínea c) do n.º 1 do artigo 6.º da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro, conjugado com os n.ºs 1 e 6 do artigo 22.º do Decreto-lei n.º 197/99, de 8 de junho na redação em vigor, referente à **repartição de encargos** do Concurso Público com publicação no JOUE para Fornecimento de Energia em Baixa Tensão Normal (BTN), pelo valor base de 4.528.000,00€ + IVA; -----

O Presidente da Assembleia apresentou o ponto e deu a palavra aos membros da Assembleia. -----

Tomaram o uso da palavra os membros: -----

Luna Silva: "O debatido concurso público para fornecimento de energia em baixa tensão apresenta um valor estimado para os próximos dois anos de quatro milhões e quinhentos e vinte e oito mil euros acrescido de IVA, com a seguinte repartição de



encargos, edifícios municipais, um milhão setecentos e noventa e oito mil euros, agrupamento das Ferreiras cento e oitenta mil euros, Agrupamento Albufeira Poente, cento e vinte mil euros, Agrupamento Escolas de Albufeira, oitenta mil euros, saúde cento e cinquenta mil euros, iluminação pública dois milhões e duzentos e vinte mil euros. Primeira observação, no anúncio do procedimento apenas consta a freguesia de Albufeira e Olhos de Água como local da execução do contrato, presumo que deve se tratar de um mero lapso dos serviços, uma vez que existem repartições de encargos em outras freguesias, pelo que sugeria talvez a sua retificação. Prosseguindo, no caderno de encargos, o ponto dois com a epígrafe, edifícios municipais, pontos de entrega refere que de acordo com o anexo A, que faz parte integrante do presente caderno de encargos, estão referidas as características das instalações. Acontece que o anexo A, não consta na documentação entregue aos deputados, pelo que coloco como primeira questão ao Senhor Presidente, que instalações surgem neste anexo. Segundo, ponto três, refere que, no Anexo B estão as quantidades consumidas nos últimos anos, valor referência que não será vinculativo, mas servirá de base para a obtenção da proposta mais vantajosa. Este anexo também não surge na documentação, ficando no desconhecimento quais as quantidades consumidas nos últimos anos, critério esse que serviu de base para a apresentação do valor deste concurso. Contudo, e face ao exposto aguardo respostas sobre a minha questão, sobre a indicação e características das instalações mencionadas no alegado anexo A." -----

Presidente da Câmara: "Vou mandar os serviços técnicos ver, se é algum pormenor de alguma gralha, penso que não, penso que, o cuidado com que isto é feito, conheço as pessoas que trabalham nesta área, penso que isso não vá acontecer, de qualquer das maneiras, se for uma gralha é emendada essa gralha. Se for só Albufeira e Olhos de Água, e não estiver bem, se faltar Paderne, ou Ferreiras ou Guia, coloca-se lá Paderne, Ferreiras e Guia. A única coisa que aqui está em discussão é a repartição de encargos, mais nada. Se realmente chegar à conclusão que é uma gralha, vamos ver isso, com certeza." -----

Não havendo mais intervenções por parte dos membros da Assembleia, o Presidente da Assembleia colocou o ponto a votação.-----

VOTAÇÃO:-----

Votos contra: zero (00) -----

Abstenções: três (03) Raul Ferreira, Luna Silva e Carlos Mendes. -----

Ausências: uma (01) Dário Pereira. -----
Votos a favor: dezanove (19) Adriano Ferrão, Francisco Oliveira, Carlos Quintino, Inês Mendonça, Mónica Coimbra, Helena Simões, Domingos Coelho, Leonardo Paço, Luis Afonso, Sílvia Dias, Carla Vieira, Cláudia Raimundo, Paolo Funassi, José Vila-Nova, Carla Madeira, Presidente da Junta de Freguesia de Albufeira e Olhos de Água, Presidente da Junta de Freguesia de Ferreiras, Presidente da Junta de Freguesia da Guia e Presidente da Junta de Freguesia de Paderne. -----
A proposta foi aprovada por maioria. -----

PONTO SEIS

Apreciação e deliberação, sob proposta da Câmara Municipal, da autorização prévia prevista na alínea c) do n.º 1 do artigo 6.º da Lei n.º 8/2012, de 21 de Fevereiro, referente à **repartição de encargos** do Concurso Público para a prestação de serviços de "manutenção da instrumentação, automação e supervisão do sistema de telegestão de abastecimento de água e águas residuais do município de Albufeira, até ao limite de 240.000,00€ + IVA; -----

O Presidente da Assembleia apresentou o ponto e deu a palavra aos membros da Assembleia. -----

Não havendo intervenções por parte dos membros da Assembleia, o Presidente da Assembleia colocou o ponto a votação. -----

VOTAÇÃO: -----

Votos contra: zero (00) -----

Abstenções: uma (01) Luna Silva -----

Votos a favor: vinte e dois (22): Adriano Ferrão, Francisco Oliveira, Raúl Ferreira, Carlos Quintino, Inês Mendonça, Mónica Coimbra, Helena Simões, Domingos Coelho, Dário Pereira, Leonardo Paço, Luis Afonso, Sílvia Dias, Carla Vieira, Cláudia Raimundo, Paolo Funassi, José Vila-Nova, Carlos Mendes, Carla Madeira, Presidente da Junta de Freguesia de Albufeira e Olhos de Água, Presidente da Junta de Freguesia de Ferreiras, Presidente da Junta de Freguesia da Guia e Presidente da Junta de Freguesia de Paderne. -----

A proposta foi aprovada por maioria. -----

PONTO SETE

Apreciação e deliberação, sob proposta da Câmara Municipal, da autorização prévia prevista na alínea c) do n.º 1 do artigo 6.º da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro, conjugado com os n.ºs 1 e 6 do artigo 22.º do Decreto-lei n.º 197/99, de 8 de junho na redação em vigor, referente à **repartição de encargos** da Empreitada de Substituição



do Sistema AVAC do edifício Paços do Concelho de Albufeira incluindo SADI e iluminação; -----

O Presidente da Assembleia apresentou o ponto e deu a palavra aos membros da Assembleia. -----

Não havendo intervenções por parte dos membros da Assembleia, o Presidente da Assembleia colocou o ponto a votação. -----

VOTAÇÃO: -----

Votos contra: zero (00) -----

Abstencções: uma (01) Luna Silva-----

Votos a favor: vinte e dois (22): Adriano Ferrão, Francisco Oliveira, Raúl Ferreira, Carlos Quintino, Inês Mendonça, Mónica Coimbra, Helena Simões, Domingos Coelho, Dário Pereira, Leonardo Paço, Luis Afonso, Sílvia Dias, Carla Vieira, Cláudia Raimundo, Paolo Funassi, José Vila-Nova, Carlos Mendes, Carla Madeira, Presidente da Junta de Freguesia de Albufeira e Olhos de Água, Presidente da Junta de Freguesia de Ferreiras, Presidente da Junta de Freguesia da Guia e Presidente da Junta de Freguesia de Paderne. -----

A proposta foi aprovada por maioria. -----

PONTO OITO

Apreciação e deliberação, sob proposta da Câmara Municipal, da autorização prévia prevista na alínea c) do n.º 1 do artigo 6.º da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro, conjugado com os n.ºs 1 e 6 do artigo 22.º do Decreto-lei n.º 197/99, de 8 de junho na redação em vigor, referente à **repartição de encargos** da Empreitada de Reabilitação do espaço da Antiga Igreja Matriz de Albufeira; -----

O Presidente da Assembleia apresentou o ponto e deu a palavra aos membros da Assembleia. -----

Tomaram o uso da palavra os membros: -----

Carla Vieira: “Boa noite a todos, do documento que nos é dado a conhecer e do seu teor, tenho quatro questões para o Senhor Presidente. Primeira questão: que erros e omissões foram detetados na empreitada na proposta apresentada para a obra de reabilitação do espaço da antiga igreja matriz? Se os erros e omissões foram corrigidos e sanados? Se foi com base nos erros e omissões que se verifica a ausência do visto do Tribunal de Contas? Por último, gostaríamos de saber, qual é a diferença e a razão dessa diferença dos valores constantes para esta empreitada na segunda revisão das GOP e no documento que nos é apresentado, para melhor esclarecimento?



A segunda revisão prevê para o ano dois mil e vinte e quatro duzentos mil euros e para o ano dois mil e vinte e cinco cento e quarenta mil euros, na repartição que nos é agora apresentada, no documento que nos é apresentado, prevê para o ano dois mil e vinte e quatro, um milhão e duzentos mil euros e para o ano dois mil e vinte e cinco, catorze milhões é o que eu vejo aqui, ou cento e quarenta e um mil quatrocentos e noventa e sete ponto oitenta e cinco. É muito número Senhor Presidente, mas é uma diferença notória." -----

Luna Silva: "A empreitada reabilitação do espaço da antiga matriz de Albufeira, contratada a vinte e dois de abril de dois mil e vinte e três, pelo valor de um milhão quatrocentos e sete mil setecentos e três euros e quarenta e quatro cêntimos, repartição de encargos ano dois mil e vinte e três cento e cinquenta mil euros, ano dois mil e vinte e quatro um milhão e duzentos mil euros com IVA, ano dois mil e vinte e cinco cento e quarenta e um mil quatrocentos e nove e sete euros e oitenta e cinco cêntimos. Feita a soma da repartição de encargos, o valor total não coincide com valor que referi no início da minha inscrição e esta diferença não trata de ser o IVA. Ao efetuar a soma da repartição de encargos, o valor correto é de um milhão quatrocentos e noventa e um mil euros, quatrocentos e noventa e sete euros e oitenta e cinco cêntimos. Existe aqui uma diferença de oitenta e quatro mil quatrocentos e vinte e quatro euros e quarenta e um cêntimos, e o valor que consta na segunda revisão das GOP, projeto dois mil e quinze hífen setenta, é este: um milhão quatrocentos e noventa e um mil quatrocentos e noventa e sete euros e oitenta e cinco cêntimos, mas ainda, a repartição de encargos deste ponto, não é a mesma repartição de encargos que surge na segunda revisão das GOP deliberada e votada na passada Assembleia Municipal de vinte e três de junho. Portanto, no ponto da ordem do dia, a repartição de encargos para o ano dois mil e vinte e quatro é de um milhão e duzentos mil euros, mas na GOP surge como duzentos mil euros e no ano dois mil e vinte e cinco, no ponto da ordem do dia, a repartição de encargos é de cento e quarenta e um mil quatrocentos e noventa e sete euros e oitenta e cinco cêntimos, mas nas GOP consta cento e quarenta e cinco mil euros. Logo a repartição de encargos para o ano dois mil e vinte e três seria de um milhão cento e quarenta e seis mil quatrocentos e noventa e oito euros e não de cento e cinquenta mil euros, conforme consta na ordem de trabalhos. Eu gostava que me fossem esclarecidas estas diferenças de valores." -----



Carlos Quintino: "Digníssima Assembleia independentemente das questões, dos números, eu por defeito de profissão, também gosto deles certinhos, certamente que há aqui alguma gafe, possivelmente até poderá ter a ver com o IVA, com o valor percentual do IVA e por aí fora, mas os serviços terão oportunidade certamente esclarecer isso. Aquilo que me apraz dizer, em representação da bancada do PSD/CDS é aquilo que é a importância desta requalificação, o valor significativo de uma igreja, é a igreja matriz e, portanto, eu acho que há que ressaltar aquilo que é o positivo e o positivo é a capacidade do Município fazer esta intervenção neste edifício emblemático da nossa cidade." -----

Presidente da Câmara: "Agradeço as palavras do senhor deputado Carlos Quintino, quanto à deputada Luna penso que o valor global está correto, é um milhão quatrocentos e noventa e um mil e qualquer coisa, não está correto ou não está igual, as repartições nos vários anos, mas isso, estar duzentos num ano ou daqui a uns dias pode lá estar duzentos e quarenta ou pode lá estar cento e vinte, porque faz-se apenas uma alteração orçamental, portanto, por aí não é problema de maior, o que interessa é que o total das várias repartições dê o total que está inserido na rubrica nas revisões das Grandes Opções do Plano e do Orçamento Plurianual." -----

Domingos Coelho: "Acompanho o deputado Carlos Quintino neste elogio ao executivo por levar por diante este projeto, eu diria que só peca por tardio, porque já há N anos que está, digamos que nas GOP e nos orçamentos, mas finalmente. Agora, gostava de clarificar a questão que a deputada Luna levantou, aquilo é cento e quarenta milhões ou é um milhão e quatrocentos?" -----

Presidente da Câmara: "È cento e quarenta e um mil novecentos e setenta e sete euros e oitenta e cinco cêntimos em dois mil e vinte e cinco, feitas estas contas destas três parcelas, o total da soma algébrica dá um milhão quatrocentos e noventa e um mil, quatrocentos e noventa e sete euros e oitenta e cinco cêntimos, portanto, é o que aqui está." -----

Domingos Coelho: "O número correto, consta aqui?" -----

Presidente da Câmara: "Claro, eu tenho que acreditar em alguém que faz as coisas, não é?" -----

Luna Silva: "A fim de esclarecer esta questão, tomei o cuidado de fazer a conta a somar o IVA. Senhor deputado Carlos Quintino, se realmente este valor estivesse contabilizado o IVA, o valor seria de um milhão setecentos e trinta mil euros, e trinta



e três cêntimos, não é o valor que corresponde, mas eu gostava de colocar mais uma questão ao Senhor Presidente, uma vez que não considero que as minhas perguntas foram esclarecidas, o que estamos a votar hoje está datado de dezoito de maio de dois mil e vinte e três, mas os valores da revisão são de junho de dois mil e vinte e três, ou seja, estamos a votar um documento com uma repartição de encargos anterior à data da revisão do Orçamento. Face a esta diferença de valores e datas, eu pergunto ao Senhor Presidente, afinal, qual é que o documento que prevalece? É este de maio, que apresenta este valor? Ou a revisão do Orçamento que apresenta outro valor, o que é que prevalece aqui Senhor Presidente?" -----

Helena Simões: "Não me querendo imiscuir na resposta que o Presidente Rolo irá dar, mas do ponto de vista matemático, se somarmos um milhão quatrocentos e sete zero setenta e três ponto quarenta e quatro mais seis por cento de IVA dá precisamente a soma das três parcelas abaixo, a nível de repartição de encargos, não dá um milhão setecentos e vinte e sete, dá um milhão quatrocentos e noventa e um, se calhar, a questão do valor da repartição face ao valor acima, a resposta estará por aí, e quanto ao demais qual dos dois documentos é que prevalece, aí terá que ser mesmo o Presidente." -----

Carla Vieira: "Bom, efetivamente foi um lapso da minha parte falar num milhão, eu retratei-me logo senhor Presidente, retratei-me logo. Eu confesso que também fiquei assustada da análise da documentação, fiquei assustada. Não me respondeu relativamente aos erros e omissões detetados na empreitada, não respondeu realmente da ausência do visto do Tribunal de Contas, a razão de ser, não esclareceu essa situação." -----

Presidente da Câmara: "Queria dizer à senhora deputada Luna, sobre a questão das datas, isto não é nenhum trocadilho, é uma data quando o senhor diretor do departamento concorda com esta informação proferida pelo senhor Valdemar Cabrita, por acaso estão os dois aqui presentes, que a data de dezoito de maio, portanto, quer dizer que esta informação técnica sobre a decisão de repartição de encargos pelos três anos, data de dezoito de maio, assim como o parecer do senhor diretor de departamento, arquiteto Rui Silva, também data dezoito de maio. Portanto, isto de dezoito de maio é apenas as datas da informação técnica e do parecer. Sobre a data que isto está em vigor, evidentemente que é a partir de amanhã, só entra em vigor esta repartição de encargos no dia a seguir em que for aprovada na Assembleia Municipal,



porque carece dessa mesma aprovação. Sobre as questões dos erros e emissões, com certeza que isso foi visto, sobre o Tribunal de Contas ainda não veio o visto, mas com certeza que carecerá de visto antes de começar a obra, é evidente. Aliás, não se pode começar nenhuma obra antes do visto." -----

Não havendo mais intervenções por parte dos membros da Assembleia, o Presidente da Assembleia colocou o ponto a votação. -----

VOTAÇÃO: -----

Votos contra: três (03) Mónica Coimbra, Luna Silva e Carla Vieira. -----

Abstenções: zero (00) -----

Votos a favor: vinte (20) Adriano Ferrão, Francisco Oliveira, Raúl Ferreira, Carlos Quintino, Inês Mendonça, Helena Simões, Domingos Coelho, Dário Pereira, Leonardo Paço, Luis Afonso, Sílvia Dias, Cláudia Raimundo, Paolo Funassi, José Vila-Nova, Carlos Mendes, Carla Madeira, Presidente da Junta de Freguesia de Albufeira e Olhos de Água, Presidente da Junta de Freguesia de Ferreiras, Presidente da Junta de Freguesia da Guia e Presidente da Junta de Freguesia de Paderne.-----

A proposta foi aprovada por maioria.-----

PONTO NOVE

Apreciação e deliberação, sob proposta da Câmara Municipal, da autorização prévia prevista na alínea c) do n.º 1 do artigo 6.º da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro, conjugado com os n.ºs 1 e 6 do artigo 22.º do Decreto-lei n.º 197/99, de 8 de junho na redação em vigor, referente à **repartição de encargos** da Empreitada de Ampliação e Beneficiação do Jardim de Infância dos Caliços; -----

O Presidente da Assembleia apresentou o ponto e deu a palavra aos membros da Assembleia. -----

Tomaram o uso da palavra os membros: -----

Luna Silva: "Ampliação do jardim de infância dos Caliços com a seguinte repartição de encargos, ano dois mil e vinte e três, duzentos mil euros mais IVA, ano dois mil e vinte e quatro quatrocentos e cinquenta mil euros mais IVA. Volto a analisar o que foi deliberado e votado em segunda revisão das GOP, Assembleia Municipal de vinte e três de junho e não são estes os valores que surgem. De acordo com a revisão da dotação corrigida, o valor para dois mil e vinte e quatro é de cinquenta mil euros e não de quatrocentos e cinquenta mil euros, como consta nos trabalhos, logo a repartição para o ano dois mil e vinte e três seria de cento e oitenta e sete mil euros e duzentos e quarenta euros e não de duzentos mil euros. Ainda feita a soma das repartições aqui apresentadas, o valor desta empreitada é de então seiscentos e cinquenta mil euros,



mas o que foi apresentado na revisão das *GOP* refere que a classificação orçamental da ampliação do jardim de infância dos Caligos têm o custo de duzentos e trinta e sete mil euros e duzentos e quarenta euros. Tenho dito.” -----

Carla Vieira: “Senhor Presidente, a questão e esclarecimento pretendemos é exatamente também a discrepância dos valores que são evidentes e são notórias, quer na segunda revisão, quer no documento que agora nos é apresentado, e realmente por mais IVA que seja imputado a estes valores, nunca chegarão a estas quantias que estão espelhadas nos documentos, e solicitamos por isso também esclarecimento.” -----

Presidente da Câmara: “A questão é precisamente a mesma do outro ponto, isto são novas repartições, se não houvesse uma nova partição, se ficasse tudo igual à última revisão do orçamento, não era preciso vir nada disto aqui. Isto é uma nova repartição, porque os preços aumentaram e agora no orçamento tem de se fazer apenas uma alteração orçamental, porque a rubrica está aberta quer no ano dois mil e vinte e três, quer no ano dois mil e vinte e quatro. É uma questão de colocar lá as verbas convenientes para que essa alteração orçamental se assegure. Portanto, isto é uma nova repartição e sendo nova tem de vir aqui, se fosse a mesma estava noutra lado, não tenho mais resposta para dar.” -----

O munícipe Ricardo Neves interrompe a sessão para mostrar um documento que recebeu em casa aquando da sua participação na Assembleia Municipal. -----

Presidente da Assembleia: “Tal e qual como esta ata vai ser enviada para o Ministério Público a pedido do senhor, Ricardo Neves, pelos factos que ele denunciou, naturalmente que esta situação vai ser também reportada. O que se passou aqui, estará na ata e estará no vídeo e será também devidamente reportado. Eu acho que isto é um caso de polícia e será tratado como tal e, cabe-nos a nós agora enviar para quem de direito. O senhor entrou, interrompendo os trabalhos, nem percebi o que é que se passou, entregou um documento e desatou a falar e, não explicou muito bem o que aconteceu, afirmando que quando chegou a casa tinha na porta este papel. O senhor faz aqui uma denúncia, e será enviada com todas as outras denúncias para o Ministério Público. Quero aqui frisar que, esta Assembleia Municipal fiscaliza a Câmara Municipal, não fiscaliza os munícipes e não é um tribunal. Eu não tenho poderes para destituir ninguém, mesmo que eventualmente existam motivos, é o tribunal que tem capacidade para o fazer e, portanto, qualquer destituição de qualquer membro desta Assembleia Municipal tem de ser feita única e exclusivamente pelo tribunal, pelo que,



todos os factos aqui passados são reportados a quem de direito, ao Ministério Público que tomará em devida conta da ocorrência e promoverá as diligências que entender como convenientes. -----

Luna Silva: "Fiquei confusa, vejamos então, temos aqui um documento de dezoito de maio, vou só apenas falar de um ano em concreto, ano de dois mil e vinte e quatro, quatrocentos e cinquenta mil euros. Se o documento é datado antes da revisão do Orçamento, deveria ser este o valor a constar na revisão do Orçamento, mas o Senhor Presidente acabou de me responder que, então a rubrica ficaria aberta sujeita a nova revisão do Orçamento, então eu coloco a seguinte pergunta: aprovamos um documento da ordem de trabalho de dezoito de maio, aprovamos uma revisão de junho e daqui a um ou dois meses, voltamos outra vez a aprovar uma revisão do orçamento, porque esta repartição de encargos não corresponde com que está na segunda revisão das GOP?" --

Presidente da Câmara: "Bom, não falei em revisão orçamental que se tenha de fazer a seguir, falei numa alteração orçamental que é completamente diferente. Acho que é do já adiantado da hora, já se trocam aqui as palavras. Revisão orçamental já foi feita e não sei se foi feita antes do dezoito de maio ou não, porque uma revisão orçamental para chegar aqui a esta Assembleia Municipal tem de passar primeiro pela Câmara Municipal, tem que ser entregue, há oposição, oito dias antes e tem que ir à Câmara Municipal, depois tem de dar entrada no gabinete da Assembleia e tem que ser agendada em termos de ordem de trabalhos. Este aqui também já estava há uns dias, quando da última Assembleia Municipal, também já estava preparado para vir, só que o Senhor Presidente da Assembleia pediu-me, como eram pontos a mais, daí estar a acontecer esta Assembleia extraordinária. Foi precisamente para retirar mais pontos da anterior que fizemos, portanto, esta questão das datas era uma questão de ir agora buscar a data da outra Assembleia, até é uma coisa extremamente simples, a uma questão de lana-caprina, pura e simplesmente. Relativamente às questões dos orçamentos, portanto, é aquilo que eu disse há pouco, e não quer dizer que fique por aqui. Não sou vidente, nem quero ser, a nova repartição de encargos plurianual para este projeto passa a ser esta que está agora aqui. A partir desse momento, caso haja necessidade, faz-se alteração orçamental, caso não haja necessidade não se faz e se houver necessidade de uma nova revisão orçamental para uma razão qualquer, com certeza se irá fazer." -----



Não havendo mais intervenções por parte dos membros da Assembleia, o Presidente da Assembleia colocou o ponto a votação. -----

VOTAÇÃO: -----

Votos contra: dois (02) Mónica Coimbra e Carla Vieira. -----

Abstencões: uma (01) Luna Silva. -----

Ausências: (01): Cláudia Raimundo. -----

Votos a favor: dezanove (19) Adriano Ferrão, Francisco Oliveira, Raúl Ferreira, Carlos Quintino, Inês Mendonça, Helena Simões, Domingos Coelho, Dário Pereira, Leonardo Paço, Luis Afonso, Sílvia Dias, Paolo Funassi, José Vila-Nova, Carlos Mendes, Carla Madeira, Presidente da Junta de Freguesia de Albufeira e Olhos de Água, Presidente da Junta de Freguesia de Ferreiras, Presidente da Junta de Freguesia da Guia e Presidente da Junta de Freguesia de Paderne. -----

A proposta foi aprovada por maioria. -----

PONTO DEZ

Apreciação e deliberação, sob proposta da Câmara Municipal, da autorização prévia prevista na alínea c) do n.º 1 do artigo 6.º da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro, conjugado com os n.ºs 1 e 6 do artigo 22.º do Decreto-lei n.º 197/99, de 8 de junho na redação em vigor, referente à **repartição de encargos** da Empreitada de execução de Ampliação do Jardim de Infância de Vale Rabelho; -----

O Presidente da Assembleia apresentou o ponto e deu a palavra aos membros da Assembleia. -----

Tomaram o uso da palavra os membros: -----

Presidente da Junta de Freguesia da Guia: "É uma obra muito importante para a nossa freguesia e para o Agrupamento Albufeira Poente, mais uma vez, ficaram todas as crianças nascidas em dois mil e vinte fora desta primeira listagem do ensino pré-escolar, o que é preocupante. Já tive a chamada de várias mães preocupadas, porque estes meninos não podem ser escritos na creche e não entraram no pré-escolar. Só queria saber se o Senhor Presidente tem mais ou menos uma ideia de quando é que estas obras ficarão concluídas." -----

Carla Vieira: "Senhor Presidente, a questão neste ponto é exatamente a mesma dos pontos anteriores, portanto, na segunda revisão das GOP é-nos apresentado um valor para o ano dois mil e vinte e quatro, de cento e sessenta mil euros e agora na repartição para o mesmo ano, quatrocentos e cinquenta mil. Eu até posso perceber alguma coisa daquilo que o Senhor Presidente tentou explicar, mas confesso que não percebo, também a minha área não é economia, nem é contabilidade, que fique claro



que o Albufeira Prometida não é contra a realização destas empreitadas, porque são absolutamente necessárias para os nossos meninos, para as condições de ensino e que os passos sejam adequados à sua aprendizagem, no entanto, os valores têm que bater certo com os documentos que nos são apresentados e nós temos que votar em consciência, temos que saber que efetivamente, apesar das rubricas que podem estar abertas e movimentarem-se de umas para as outras, a diferença é muito grande." -----

Presidente da Câmara: "Eu já disse três ou quatro vezes, se os preços aumentam, esta é a nova repartição de encargos para aquela obra, neste caso por dois anos, não quer dizer, isto é uma previsão, obviamente, não quer dizer que se atinjam estes valores, pode até haver redução das matérias-primas, da mão-de-obra a redução, que se consiga reduzir o valor da empreitada. Agora, desde o momento em que foi feito até agora há estes aumentos, isto é feito pelos técnicos, com certeza que vou acreditar, o chefe de divisão faz a informação da repartição dos encargos com estes valores, o diretor de departamento, eu não vou discordar nem pôr em dúvida isto obviamente. Isto é verdade, se houver necessidade, faz-se uma alteração orçamental para estar de acordo com isto, se não houver necessidade, não se faz. Quando é que a obra está pronta, pois, para estar pronto é preciso começar primeiro." -----

Não havendo mais intervenções por parte dos membros da Assembleia, o Presidente da Assembleia colocou o ponto a votação.-----

VOTAÇÃO:-----

Votos contra: dois (02) Mónica Coimbra e Carla Vieira. -----

Abstenções: uma (01) Luna Silva. -----

Votos a favor: vinte (20) Adriano Ferrão, Francisco Oliveira, Raúl Ferreira, Carlos Quintino, Inês Mendonça, Helena Simões, Domingos Coelho, Dário Pereira, Leonardo Paço, Luis Afonso, Sílvia Dias, Cláudia Raimundo, Paolo Funassi, José Vila-Nova, Carlos Mendes, Carla Madeira, Presidente da Junta de Freguesia de Albufeira e Olhos de Água, Presidente da Junta de Freguesia de Ferreiras, Presidente da Junta de Freguesia da Guia e Presidente da Junta de Freguesia de Paderne. -----

A proposta foi aprovada por maioria. -----

Luna Silva: "Apenas queria referir que o partido Chega considera importante e urgente que esta obra prossiga, daí não ter votado contra, no entanto, volto outra vez a frisar que a repartição de encargos não corresponde ao que está na segunda revisão das GOP. Inicialmente, o Senhor Presidente referiu que poderia ser uma alteração orçamental, agora o que respondeu foi que esta discrepância de valores poderia ser uma eventual



sequência devido ao aumento dos valores das ferramentas e tudo que é necessário devido à guerra. Eu não vou aceitar essas respostas, porque não considero que as mesmas me esclareçam as minhas dúvidas." -----

Presidente da Câmara: "Eu não falei em guerra nenhuma, tomara eu que haja paz, não falei em guerra nenhuma. Disse, como diria em todos os outros anteriores, se a repartição de encargos agora é diferente da anterior que está nas Grandes Opções do Plano, na última versão, foi certamente porque houve aumentos, tendo em conta os aumentos do índice de preços, com certeza, levou a que seja feito uma nova repartição de encargos e depois se for necessário, continuo a dizer a mesma coisa, que tenho dito sempre a mesma coisa, desde o início, se for necessário, faz uma alteração orçamental, porque aí será muito mais fácil. Se não for necessário não se faz, o que é certo é que temos de fazer a obra." -----

PONTO ONZE

Apreciação e deliberação, sob proposta da Câmara Municipal, da autorização prévia prevista na alínea c) do n.º 1 do artigo 6.º da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro, conjugado com os n.ºs 1 e 6 do artigo 22.º do Decreto-lei n.º 197/99, de 8 de junho na redação em vigor, referente à **repartição de encargos** da Empreitada de "Criação de Balneário, IS e Copa de apoio ao campo sintético do complexo desportivo das Ferreiras"; -----

O Presidente da Assembleia apresentou o ponto e deu a palavra aos membros da Assembleia. -----

Tomaram o uso da palavra os membros: -----

Paolo Funassi: "Fico feliz que é uma demonstração que se continua a fazer obras em todas as freguesias do concelho, fico contente como cidadão de não ver a diferença entre partidos e outros, estou muito contente, vou votar a favor, obviamente, esta proposta também, como cidadão o facto que o Presidente da Câmara tenha dito que há um diálogo fluido com as freguesias, portanto, como digo, nós torcemos para que haja sinergias e contente desta obra." -----

Presidente da Junta de Freguesia de Ferreiras: "Fico feliz por ver uma obra lá na minha freguesia, já era sem tempo, mas gostava de fazer lembrar que temos dois orçamentos participativos anteriores e há muitos anos, um deles também junto ao campo de futebol, já que estamos a fazer la obras, para ver se avançamos. Temos um polidesportivo na estação, ou seja, que está incluído no bairro social, na associação que se está degradando, portanto, aquilo está impraticável, já há quatro anos que temos



tentado resolver com a Câmara e continua assim por fazer. Depois foi votado um orçamento participativo para aquilo ser feito, uma vez que estamos a falar em obras desportivas, também devíamos incluir as outras duas dos outros dos orçamentos participativos e avançar, coisas que já há muitos anos estão por fazer.” -----

Presidente da Câmara: “A estrada do Paraíso já está entregue ao empreiteiro, para começar depois do verão, portanto, só não está feita agora, porque estamos em pleno verão. E o Largo da Nora também vai ser parecido, portanto, prevê-se agora algumas obras ali para as Ferreiras, já que tanto, têm pedido e bem fica correspondido.” -----

Não havendo mais intervenções por parte dos membros da Assembleia, o Presidente da Assembleia colocou o ponto a votação.-----

VOTAÇÃO:-----

Votos contra: zero (00) -----

Abstenções: uma (01) Luna Silva -----

Votos a favor: vinte e dois (22) Adriano Ferrão, Francisco Oliveira, Raúl Ferreira, Carlos Quintino, Inês Mendonça, Mónica Coimbra, Helena Simões, Domingos Coelho, Dário Pereira, Leonardo Paço, Luis Afonso, Sílvia Dias, Carla Vieira, Cláudia Raimundo, Paolo Funassi, José Vila-Nova, Carlos Mendes, Carla Madeira, Presidente da Junta de Freguesia de Albufeira e Olhos de Água, Presidente da Junta de Freguesia de Ferreiras, Presidente da Junta de Freguesia da Guia e Presidente da Junta de Freguesia de Paderne. -----

A proposta foi aprovada por maioria. -----

PONTO DOZE

Apreciação e deliberação, sob proposta da Câmara Municipal, da autorização prévia prevista na alínea c) do n.º 1 do artigo 6.º da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro, conjugado com os n.ºs 1 e 6 do artigo 22.º do Decreto-lei n.º 197/99, de 8 de junho na redação em vigor, referente à **repartição de encargos** da empreitada reparação de roturas em condutas e ramais da rede de abastecimento de água do concelho de Albufeira - 2023/2024; -----

O Presidente da Assembleia apresentou o ponto e deu a palavra aos membros da Assembleia. -----

Tomaram o uso da palavra os membros: -----

Paolo Funassi: “Toda as vezes que venho, o tema na questão da água, os fregueses têm que saber o que se paga de água em Albufeira, que é uma das cidades de Portugal onde se paga menos de água, não é suficiente para o que arrecada a Câmara Municipal. O que



a Câmara Municipal recolhe dos gastos dos munícipes não é suficiente para toda as obras que a cidade precisa, porque não nos esqueçamos que nós estamos a fazer obras também para quatrocentos, quinhentos mil turistas presentes, portanto quarenta e cinco ou cinquenta mil pessoas também que pagam todo o ano, estão a sustentar também os custos de toda a cidade, portanto, duas coisas, acho que está na hora de afrontar uma questão também com a AMAL, para que seja toda a região administrada, na minha opinião, por uma empresa, porque realmente não se consegue pagar e com toda as obras que a cidade precisa, assim como São Brás de Alportel duvido que consiga, com os pouco habitantes que tem, pagar com as questões referidas de água as obras que precisa." -----

Domingos Coelho: "Antes de comentar este ponto, só um comentário a várias situações que já foram aqui referidas, relativamente ao diálogo ou não entre as juntas e o executivo da Câmara. Ninguém disse na última Assembleia que não havia diálogo, foi dito que, sobre as verbas que foram atribuídas às freguesias sobre essas verbas, não houve diálogo, obviamente que há diálogo sobre outras questões, portanto, não generalizemos certas informações que são para um caso, e não para todos os casos. Em relação a este ponto, não venho discutir números, venho dar uma sugestão, e não sou engenheiro e a sugestão é a seguinte, já tenho assistido quando há uma rutura, grandes quantidades de água, grande caudal de água que tem de ser, sangrado da canalização e a minha sugestão é, sempre que há intervenções na rede, porque é que não se fazem secções mais pequenas com os respetivos sangradores? E, em vez de perder-se dez ou quinze metros cúbicos de água poder-se-ia metade, portanto, a sugestão é porque é que não há secções mais pequenas e consagradores para evitar perdas de água?" -----

Presidente da Câmara: "Registo essa sugestão, também já falei imensas vezes que perde-se imensa água quando há uma rutura, porque tem que ser tudo sangrado, a água tem que sair toda do troço anterior que se pode fechar, portanto, e essa água vai para o mar ou evapora-se ou vai para o aquífero. Pode ser uma hipótese, tecnicamente se for possível." -----

Uma vez chegada a meia-noite o Presidente da Assembleia colocou a votação a continuação dos trabalhos, que foi aprovado por maioria. -----

Carlos Mendes: "Boa noite, relativamente às fugas de água, aos furtos de água, que há muitos furtos de água. Será que não há uma hipótese de nós, a Assembleia ou executivo, que haja alguma solução para que as bocas de incêndio sejam mais seguras?"



Repito, furtam, para não dizer que roubam, que é feio, furtam muito água no concelho por bocas de incêndio. Aliás, mandei uma fotografia ao Senhor Vice-presidente há uns dias, de uma fuga numa boca de incêndio, na urbanização Cerro de Ouro, há pelo menos umas duas semanas, continua lá, porquê? Porque foi sangrado, houve uma rutura, neste caso não é como o senhor Domingos Coelho diz, estão duas num espaço de duzentos ou trezentos metros, mas ficou mal fechada, e está a correr água, e continua a correr água. Eu acho que falta muito para que nós consigamos selar, para evitar o furto de água das bocas de incêndios, que todos nós sabemos que há muito furto nesse aspeto, mais nomeadamente no interior, há muito, furto de água." -----

Presidente da Câmara: "É apenas uma constatação, não tenho nada a acrescentar." -----

Não havendo mais intervenções por parte dos membros da Assembleia, o Presidente da Assembleia colocou o ponto a votação.-----

VOTAÇÃO:-----

Votos contra: zero (00) -----

Abstencões: uma (01) Luna Silva -----

Votos a favor: vinte e dois (22) Adriano Ferrão, Francisco Oliveira, Raúl Ferreira, Carlos Quintino, Inês Mendonça, Mónica Coimbra, Helena Simões, Domingos Coelho, Dário Pereira, Leonardo Paço, Luis Afonso, Sílvia Dias, Carla Vieira, Cláudia Raimundo, Paolo Funassi, José Vila-Nova, Carlos Mendes, Carla Madeira, Presidente da Junta de Freguesia de Albufeira e Olhos de Água, Presidente da Junta de Freguesia de Ferreiras, Presidente da Junta de Freguesia da Guia e Presidente da Junta de Freguesia de Paderne. -----

A proposta foi aprovada por maioria. -----

PONTO TREZE

Apreciação e deliberação, sob proposta da Câmara Municipal, do Reconhecimento de Interesse Público Municipal do "Lar, Apoio Domiciliário e centro de Dia de Fontainhas; O Presidente da Assembleia apresentou o ponto e deu a palavra aos membros da Assembleia. -----

Tomaram o uso da palavra os membros: -----

Carla Vieira: "Eu aproveito aqui esta minha intervenção ainda para dar uma recomendação ao executivo e na pessoa do Senhor Presidente, naturalmente, relativamente aos outros pontos, oito, nove e dez. Ao contrário dos outros pontos, este já vem com algum texto elucidativos e justificativo do pedido aqui de reconhecimento de interesse municipal. Nos outros pontos, oito, nove e dez, se viesse



um texto explicativo da razão de ser da discrepância entre os valores da segunda revisão e da nova repartição, se calhar, as dúvidas já seriam cabalmente esclarecidas e não teríamos suscitado as mesmas e não teríamos votado contra a repartição que nos era apresentada. Bom, relativamente ao ponto número treze, Albufeira Prometida solicita aqui esclarecimentos sobre a forma legal e adequada ao procedimento em causa, uma vez que resulta do teor da informação escrita do projeto decisão que a proposta teve de ser excluída por ultrapassar o valor base fixado. Tendo presente que se trata de um projeto, datado de dois mil e dezanove, mas previsto desde dois mil e dezasseis, conforme consta em documentação anexa, portanto *GOP* e orçamento, e cuja proposta foi excluída por não cumprir os requisitos legais, temos sérias dúvidas que o decreto-lei número trinta e seis barra de vinte e dois de vinte de maio, seja aplicável no caso concreto. Por último, e assim sendo, solicitamos os esclarecimentos sobre a forma agora adotada pelo executivo, no entanto, entendemos desde logo que não se encontram reunidas as condições para que seja atribuído o reconhecimento de interesse público municipal." -----

Carlos Quintino: "Um pedido de esclarecimento, para que não haja aqui confusões. Uma coisa são as démarches do procedimento público da empreitada que aqui veio refletido na documentação que nos chegou, outra coisa é aquilo que vem proposto a esta Assembleia, que é o interesse público desta associação, desta infraestrutura, e o pedido de esclarecimento vai precisamente nesse sentido, o que esta Assembleia vem a ser chamada para deliberar, não tem nada a ver com aquilo que são as démarches da empreitada e, portanto, de qualquer forma, eu deixaria aqui este pedido de esclarecimento para que não haja misturas, digamos assim." -----

Presidente da Câmara: "Não deve haver deturpação daquilo que realmente é o papel da Assembleia Municipal, e aquilo que tem acontecido é que, estamos a discutir às vezes projetos, cor da pedra, do tijolo, da tinta e não é isso que está em causa. Os últimos pontos, eram apenas a repartição de encargos anual, neste ponto é manifestar o interesse público daquela empreitada. Relativamente à questão: se o decreto-lei se aplica? Aplicava-se até ao dia trinta de junho e, por isso, foi feita uma reunião extraordinária no dia trinta de junho, precisamente para ainda ser possível acolher aquela proposta de empreitada daquele concorrente, no entanto, mesmo caso não tivesse acontecido, o Senhor Presidente da República, promulgou o prazo até ao dia trinta e um de dezembro, mas já está, agora só preciso apenas isto e mais nada, é



apenas reconhecer se aquele edifício, se aquele equipamento social, se tem ou não interesse público, é só isso que se está a discutir.” -----

Não havendo mais intervenções por parte dos membros da Assembleia, o Presidente da Assembleia colocou o ponto a votação. -----

VOTAÇÃO: -----

Votos contra: zero (00) -----

Abstenções: três (03) Mónica Coimbra, Luna Silva e Carla Vieira. -----

Votos a favor: vinte (20) Adriano Ferrão, Francisco Oliveira, Raúl Ferreira, Carlos Quintino, Inês Mendonça, Helena Simões, Domingos Coelho, Dário Pereira, Leonardo Paço, Luis Afonso, Sílvia Dias, Cláudia Raimundo, Paolo Funassi, José Vila-Nova, Carlos Mendes, Carla Madeira, Presidente da Junta de Freguesia de Albufeira e Olhos de Água, Presidente da Junta de Freguesia de Ferreiras, Presidente da Junta de Freguesia da Guia e Presidente da Junta de Freguesia de Paderne. -----

A proposta foi aprovada por maioria. -----

Antes de encerrar a sessão, foram aprovadas, por unanimidade, as minutas das deliberações tomadas na Assembleia. -----

Nada mais havendo a discutir ou a deliberar, o Presidente da Assembleia deu por encerrada a sessão, cerca das 00:20 horas, de que foi lavrada ata que, depois de lida e aprovada, será assinada nos termos da Lei. -----

Presidente da Assembleia: “Apelava a todos os senhores membros da Assembleia Municipal que, relativamente a Moções ou Votos de Pesar ou Votos de Protesto, o façam o mais rapidamente possível, nomeadamente no início de cada Assembleia para que as outras bancadas possam ter a possibilidade de ler, refletir e depois votar em conformidade.” -----

Albufeira, 10 de julho de 2023 -----

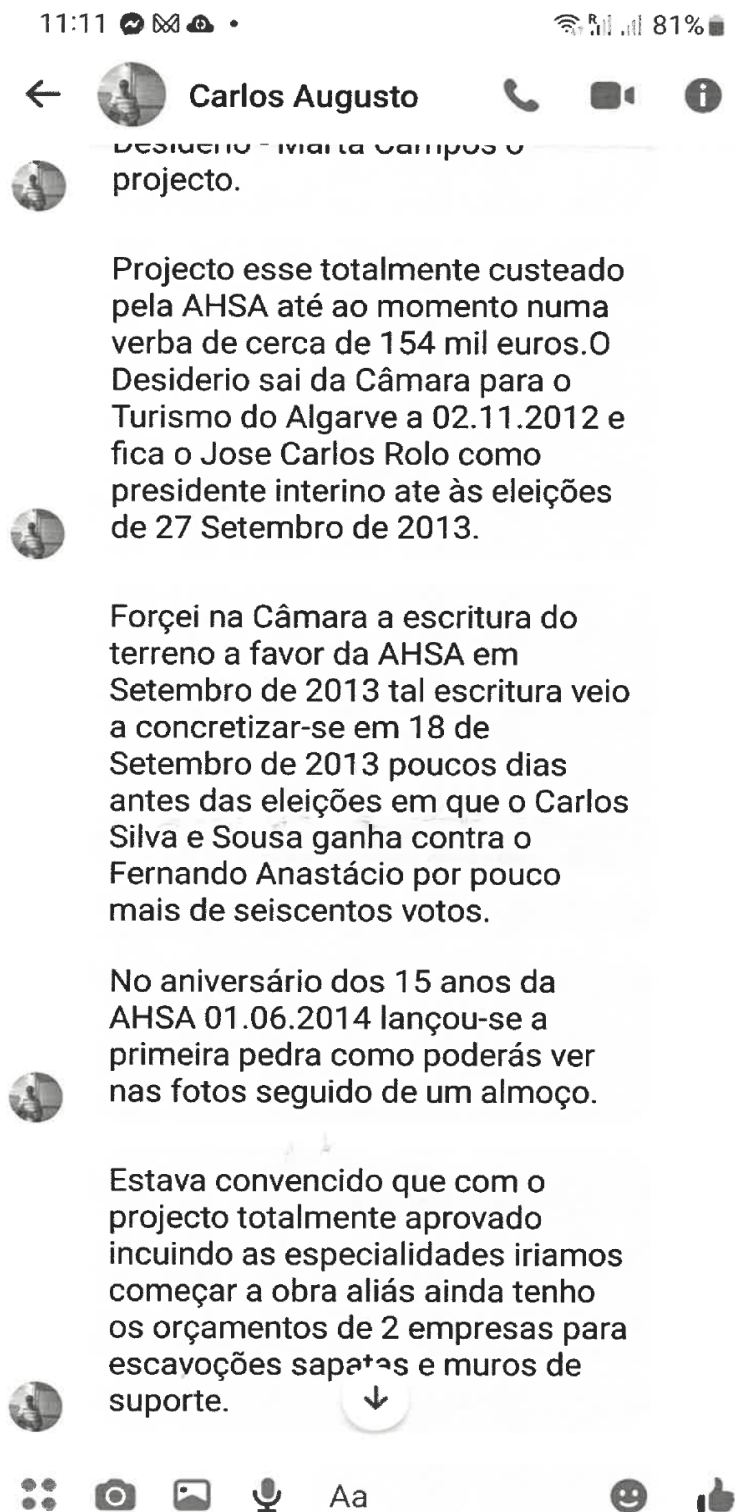
O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA _____

A PRIMEIRA SECRETÁRIA _____

O SEGUNDO SECRETÁRIO _____



Doc. n.º 1



11:10    •

   81% 

←  **Lurdes**
Online agora




26/08/2021 AS 13:45

Olá Ricardo

A sério que ele marcou uma reunião para esse efeito?!!!

Estou perplexa  

Ainda se fosse para ver se entre todos conheciam algum médico que pudesse ajudar o Dr Rolo 

Enfim

Não sei com quem interagir agora que tenha conhecimento integral do que se passa no seio do PSD, pois acredito que essa reunião possa ser apenas para o núcleo duro da CP, que é integralmente da confiança dele, pois os que eu tenho á vontade , parte da lista da Guedelha.




Só temos abutres neste mundo cão, e sem respeito pelo próximo



26/08/2021 AS 14:33






MANUEL FERREIRA
 LABORATORIO DE PROTESE DENTARIA
 Rua General Teófilo Faria, 13
 Telef. 340 830 839 - 8000-356 FARO

O cliente
 Maria do Carmo
 Albuquerque

TABOADA Nº 2162
 Rua da Liberdade, 200
 8000-000 FARO

Contribuinte N.º 181 236 651 Contab. n.º 198891043

NOME DO CLIENTE
 Maria do Carmo Albuquerque

NOME DO SERVIÇO
 Bóte emb 10Dent
 Moe de 01320

PREÇO UNITÁRIO Importação (€)
 €125,00 €125,00

Sub-Total %
 €150,00

I.V.A. %
 TOTAL € €150,00

MANUEL FERREIRA
 LABORATORIO DE PROTESE DENTARIA
 Rua da Liberdade, 200
 8000-000 FARO

A quantia de *Cento e cinquenta €*

São: *198891043*

Nº 9

918-11-0807-3-978-19

Este é um documento de natureza fiscal, emitido em conformidade com o Regulamento Geral do IVA, aprovado pelo Conselho de Ministros em 20 de Junho de 2006, e alterado pelo Decreto-Lei n.º 101/2008, de 25 de Maio, e pelo Decreto-Lei n.º 101/2009, de 25 de Maio.



MANUEL FERREIRA
 LABORATÓRIO DE PRÓTESE DENTÁRIA

Rua General Teófilo Trindade, 12
 Telef.: 289 829 339 - 8000-356 FARO

Dupl. Fatura Nº 2161

O Exmo. Sr.

R. H. S. A

Data 28 de Novembro de 2022

Contribuinte N.º 181 726 653

Contrib. n.º 504428985

Morada ALBUFEIRA

Preço Unit. (€)

Importância (€)

Serviço	Preço Unit. (€)	Importância (€)
Botas sup. 11D. Denti.	.	€ 150.00
111 sup. 9B. 111	.	€ 125.00
Moucho 0/3x0	.	€ 25.00
Quantia de Reagentes Espuma	.	.

São:

1 unid. IVA. 9 unid. 9

Bens e serviços colocados à disposição do adquirente na data do documento

Fotografia de Base, Unid. - Canto da Base, Unid. - Canto da Base, Canto n.º 201 834 249 - Aut. Min. Saúde/DA - Janeiro 2021 - 10 Março. 4520 - N.º 1211 - 2019-2400

Sub-Total

I. V. A.

%

TOTAL €

€ 300.00



Voto de Protesto

Ao abrigo do art.º 48.º d.) do
 Regulamento da AM, vimos por
 este meio, submeter à aprecia-
 ção da AM de Albufeira, do 1.º/2.º
 um voto de protesto, face ao mau
 desempenho da ALGAR, na Recolha
 das recicláveis (vidro, papel, plástico)
 nos ecopontos do concelho, situação
 perceptível e recorrente, e mais
 notória no verão. Deste conhecimento
 à ALGAR, AMAL e a todas as AM do
 Algarve. Albufeira 10 julho de 2023

Banca da PSD/PS Albufeira
 Helena Palma
 Luna Silva

Helena Palma
 Luna Silva

João Paulo Pereira
 Judite Cabrita
 Rui Inácio